

-----ATA N.º 2-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos vinte e seis de fevereiro de 2019, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Proposta n.º 5/AM/2019 – Votos, moções e recomendações;-----
- 2 - Proposta n.º 6/AM/2019 - Informação do Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município;-----
 - 2.1 – Informação sobre competências delegadas:-----
 - 2.1.1 - Proposta n.º 7/AM/2019 – Tomada de conhecimento de cedência de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica de 9/11/2017);-----
 - 2.1.2 - Proposta n.º 8/AM/2019 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----
- 3 - Proposta n.º 4/CM/2019 - Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 1 de agosto;-----
 - 3.1 - Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos - Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01;-----
 - 3.2 – Cultura - Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01;-----
- 4 – Proposta n.º 9/AM/2019 - Relatório da Comissão Eventual para o Ensino Superior em Torres Vedras;-----
- 5 – Proposta n.º 5/CM/2019 – Tomada de conhecimento do Relatório do Centro Histórico;-----
- 6 - Proposta n.º 6/CM/2019 – 1.ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal para 2019;-----
- 7 - Proposta n.º 7/CM/2019 – 1.ª Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2019;
- 8 - Proposta n.º 8/CM/2019 – 1.ª Alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2019;-----
- 9 - Proposta n.º 9/CM/2019 – Tomada de Conhecimento - Declarações para cumprimento do art.º 15.º, da Lei n.º 8/2012 de 21/02, na sua atual redação, dos Serviços Municipalizados de Água Saneamento;-----
- 10 - Proposta n.º 11/CM/2019 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais - SMASTV – Execução de 300 ramais domiciliários de água em várias localidades;-----
- 11 - Proposta n.º 10/CM/2019 – Autorização para a cedência de utilização dos cemitérios de São João e São Miguel à Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães;-----
- 12 – Proposta n.º 12/CM/2019 - Renovação do Contrato – Programa para a Gestão e Exploração do Estacionamento celebrado com a Promotorres E.M., em cumprimento do n.º 5, do art.º 47.º, da

Lei n.º 50/2012 de 31.08;-----

---- 13 - Proposta n.º 13/CM/2019 – Tomada de conhecimento – Anulação do contrato – Empréstimo de longo prazo para financiamento da construção de ponte integrada na obra de construção da “Variante A-dos-Cunhados”, até ao montante de € 700.000,00;-----

---- 14 - Proposta n.º 14/CM/2019 - Ratificação da Declaração de Interesse Municipal para alteração de uso – Quinta Nova do Hespanhol – União de Freguesias de Dois Portos e Runa, requerida por Peaches and Roses, Lda – processo VU/2/2018, em cumprimento da alínea d) do n.º 2, do art.º 130.º do PDM em vigor; -----

----Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal, José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Gerales, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Jorge Carvalhal Carvalho, Ângelo António Dorés Teodoro, Artur Alexandre Santos Narciso e Rui Manuel Pinto Ibañez Matoso. -----

---- Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Laura Maria Jesus Rodrigues, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Horta Ferreira. -----

---- **Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

---- O primeiro Secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, ficando arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

---- Anota-se que foram numerados oito documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

----- E-mail do grupo parlamentar “Os Verdes”, de 29/01/19, a apresentar projeto de resolução que recomenda ao governo o alargamento no âmbito de aplicação da cobertura do seguro escolar às deslocações em bicicleta, que foi a discussão no dia 1 de fevereiro. -----

DOCUMENTO 2: -----

----- E-mail do grupo parlamentar do PCP, de 31/01/19, a enviar pergunte colocada ao ministro do planeamento sobre o encerramento da Loja CTT em A-dos-Cunhados, Torres Vedras. -----

DOCUMENTO 3: -----

----- E-mail do grupo parlamentar do PCP, de 4/02/19 a enviar iniciativa entregue ao governo dos quatro diplomas da descentralização publicados no Diário da República no passado dia 30 de janeiro (Saúde, Cultura, Proteção e saúde animal e da segurança alimentar e Educação). -----

DOCUMENTO 4: -----

----- E-mail do grupo parlamentar do PCP, de 14/02/19 a enviar pedido de apreciação parlamentar sobre o Decreto-lei 5/2019 que estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das autarquias locais no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais. ----

DOCUMENTO 5: -----

----- E-mail da AMNP, de 14/02/19, a informar sobre a realização de programa avançado em Administração Municipal, cujos principais destinatários são autarcas, dirigentes e altos quadros da estrutura das autarquias locais, setor empresarial local e entidades intermunicipal. -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI 169/99, DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 6: -----

----- E-mail do deputado municipal Rui Prudêncio de 21/02/2019, a informar que por motivos profissionais, não poderá estar presente na sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2019. -----

----- Encontrava-se presente em sua substituição Artur Alexandre Santos Narciso. -----

DOCUMENTO 7: -----

----- E-mail do deputado municipal João António Florindo Rodrigues, de 25/02/19, a informar que por motivos de ordem pessoal inadiável, não poderá comparecer na sessão ordinária agendada para o dia 26 de fevereiro e que se fará substituir por Rui Manuel Pinto Ibañez Matoso, que se encontrava presente. -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 18 DA LEI 75/2013 DE 12.09:-

DOCUMENTO 8: -----

----- E-mail da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, de 26/02/19, a informar que o presidente de junta Francisco Martins, por motivos de ordem familiar não pode estar presente nesta sessão e será substituído pelo vogal do executivo Ângelo António Dores Gonçalves Teodoro. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

----- Nos termos do regimento teve inicio o Período de Intervenção Aberto ao Público. -----

INVESTIR NO CENTRO HISTÓRICO:-----

----- O munícipe **Jorge Costa** começou a sua intervenção lamentando o encerramento de mais um estabelecimento do centro histórico, a sapataria Celta.-----

----- Prosseguiu referindo que intervinha a nível pessoal e na qualidade de empresário no centro histórico, onde ainda tem uma loja na Rua 9 de Abril, depois de mais de 50 anos na Rua Serpa Pinto e que se sente enganado, de quando investiu no centro histórico, tecendo alguns comentários sobre os investimentos previsto para o Oeste e consagrados no PIN 2021-2013. -----

----- De seguida abordou a questão que o trouxe à Assembleia Municipal referindo-se concretamente ao ponto 5 da ordem de trabalho - Relatório do Centro Histórico, assinalando que o edil se tinha adiantado a dizer que o Largo de S. Pedro é para manter sem trânsito, sem saber nem compreender a angústia de dezenas de comerciantes que assistem à degradação dos seus negócios, seu ganha pão, por causa desta medida que tomou sem os ter ouvido. -----

----- Acha que há um sentimento de resignação incompreensível, ninguém protesta de viva voz, mas ele estava ali a fazê-lo.-----

----- Teceu também algumas críticas relativamente ao estacionamento na cidade, dando nota que as duas semanas do Carnaval perturbam a atividade dos comerciantes, por causa da subtração de lugares que ocorre, e que o estacionamento na cidade está pior que há 40 anos atrás. -----

----- Por último referiu que a intervenção minimalista prevista na praça 25 de abril, vai roubar 50% do estacionamento naquele local, em nome de melhor acessibilidade e que talvez seja altura da câmara municipal, a exemplo do governo, compensar os comerciantes por eliminar estes lugares de estacionamento. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

JOGOS DO MUNICIPIO E AMBIENTE:-----

----- O *munícipe* **Eduardo Matoso** começou por referir-se ao Jogo do Município para sugerir aos órgãos camarários, diretores e professores das escolas do concelho que o tornem mais inclusivo das camadas juvenis e que divulguem amplamente esta iniciativa, no sentido de que sirva o interesse pela cidadania e a importância dos mecanismos do poder, no que toca ao meio político social.-----

----- De seguida deu nota que na estrada rural de Matos Velhos existe um cano de escoamento oriundo de uma empresa que labora naquela rua, cuja de água lhe pareceu impura e questionou se se trata de uma prática legal.-----

----- Por último disse que o corte absurdo de árvores que é prática corrente pela câmara municipal, não é só uma ofensa à beleza das ruas da cidade, como também uma ofensa física a outro ser vivo, que pode muito bem conduzir à sua morte ou degradação, mostrando o seu desagrado com a intervenção dos serviços camarários na árvore da Praceta Moura Guedes e questionou qual a

motivação para a mesa. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FINAL DO FESTIVAL DA CANÇÃO 2019:-----

---- A *deputada municipal Dina Almeida* interveio no sentido de dar os parabéns a Timóteo de Deus, conhecido no mundo artístico como NBC, um artista torriense que foi apurado para a final do Festival da Canção, feito que todos se devem orgulhar. Espera que os torrienses votem massivamente para fazê-lo chegar a Telavive para que possam ver a cidade de Torres Vedras representada no Festival da Eurovisão da Canção.-----

---- O *deputado municipal Rui Lopes* subscreveu as suas palavras, pois faz sentido mostrar o apoio a este “torriense”.-----

---- O **Presidente da Câmara** assinalou que foi com muita alegria que viram o NBC passar à fase final, e fez votos que tenha sucesso em Portimão. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CIDADE EUROPEIA DA VINHO 2018 –TORRES VEDRAS/ALENQUER: -----

---- O *deputado municipal António Carneiro* felicitou a autarquia pela cerimónia de encerramento, que se realizou no dia 9 de fevereiro, realizada em conjunto com o município de Alenquer, que teve um programa extremamente dignificante, amplamente divulgado e com ações de grande qualidade e prestígio. -----

---- Com a sua intervenção quis deixar algumas sugestões para a continuidade deste trabalho, que pela sua importância económica não se deve esgotar neste ano de evento, referindo-se concretamente à possibilidade de se chamar à região uma Feira Internacional de Vinhos, concertado com a Agência para o Investimento e Comércio Externo (AICEP), em termos de definição de calendário, para permitir a participação de marcas internacionais, indicando as instalações do IVV como um local excelente para atrair esse público. -----

---- Defendeu ainda que se justificaria o reforço do papel município na Rota dos Vinhos em particular no eixo Torres Vedras/Alenquer, que podia ser trabalhado com este município no sentido de criar alguns pacotes turísticos para a continuação da promoção do vinho. -----

---- O **Presidente da Câmara** concordou que foi uma iniciativa intermunicipal, que envolveu todos os agentes económicos e comunidades culturais dos dois concelhos, com resultados muito positivos e da qual estão a fazer a avaliação final, mas que constitui o início de tudo no que se refere à temática da vinha e do vinho. -----

---- Informou também que estão a finalizar com a Associação Vitivinícola da região de Lisboa (CVR) a Associação da Rota dos Vinhos de Lisboa e que tomou nota das sugestões apresentadas.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE A-DOS-CUNHADOS E MACEIRA –

NUNO COSME:-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* começou por lembrar que na última sessão o presidente da assembleia deu nota que esta não seria uma matéria para o órgão deliberativo, tendo o deputado Luís Carlos Lopes respondido que o plenário é o local onde cabem todos os assuntos do interesse do município, ainda mais porque o presidente de junta em causa partilha com o resto dos membros da assembleia municipal a competência para exercer a fiscalização sobre a atividade da câmara municipal, pelo que no seu entender a questão da idoneidade coloca-se e tem toda a pertinência. -

-----Assim, referiu que hoje foi veiculado na comunicação social, um comunicado a dar nota que teria sido votado por unanimidade, numa reunião extraordinária da concelhia, que o PS de Torres Vedras mantém a confiança num autarca que assinou um contrato de arrendamento, com uma empresa sua.-----

-----Pensa que este assunto deve ser aqui escalpelizado, não devem só mostrar indignação e nada fazer, permitindo que fique silenciado, tanto mais que o comunicado parece apontar apenas para a assinatura do contrato a seu favor, mas de facto tratou-se de um furto qualificado de € 78.000,00 de energia elétrica.-----

-----Disse ainda que facto de o prazo para impugnar o ato estar ultrapassado, é uma questão menor, pois importante é falar que não foi feita a contratação da eletricidade, tanto mais que o contrato pressupunha a isenção de rendas de 3 anos exatamente como contrapartida pela necessidade de fazer a instalação do PT.-----

-----O argumento de que não se sabia parece-lhe absurdo e o branqueamento da situação também.

-----Gostaria de saber a razão de não ter sido tomada nenhuma decisão de foro disciplinar, porque se o furto qualificado não é matéria suficiente para o PS, então qual é a matéria?-----

-----O comunicado também refere que a empresa cessou a sua atividade, como se não existindo empresa, não houvesse crime. Também refere que os factos em causa eram do conhecimento da população quando o autarca se candidatou e venceu as eleições em 2017. No entanto interroga-se o que sabia a população, se foi dito na campanha eleitoral e quem sabia.-----

-----Lembrou ainda que o presidente da assembleia e o líder da bancada do PS, que na altura era o diretor de campanha, disseram que desconheciam esse facto, considerando que quando se faz um comunicado desta natureza é necessário clarificar.-----

-----Concluiu que este é o fórum próprio para esclarecer esta matéria, e não se está a referir à pessoa, mas ao ato que um presidente de junta praticou e com quem partilha a competência de fiscalizar a câmara municipal.-----

-----O **Presidente da Mesa** assinalou que os membros da assembleia no exercício dos seus direitos de cidadania podem trazer ao plenário os assuntos que achem relevantes na perspetiva dos interesses do concelho, o que não impede que o Presidente da Assembleia se recuse, nesta

qualidade, a pronunciar-se sobre a matéria.-----

----- Sobre este assunto também se pronunciou o representante do Bloco de Esquerda **Rui Matoso**, alertando que em causa não está apenas o desvio de eletricidade, mas também o facto de o autarca ter firmado um contrato com a autarquia, que o Código do Procedimento Administrativo não permite.

----- O **Presidente da Câmara** disse que não faria comentários, julgando que a pessoa visada já teve oportunidade de esclarecer o assunto. -----

----- A *deputada municipal Rita Sammer* deu nota que Nuno Cosme não fez nenhuma justificação pública que tenha conhecimento e, neste plenário, tendo tido oportunidade, não falou no assunto. -

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA:-----

----- O *deputado municipal Rui Lopes* interveio no sentido de saudar o executivo na auscultação que tem feito à população, uma vez que existem muitos processos estruturantes para o concelho e importa criar políticas adaptadas às necessidades dos munícipes, dando nota da sessão participativa sobre a requalificação da Praça Machado Santos, da apresentação do anteprojecto “Acessibilidade inclusiva da Praça 25 de Abril”. -----

----- Referiu ainda as sessões de participação juvenil, que já percorreram parte do concelho e pretende ouvir os jovens das 13 freguesias. É um trabalho bastante interessante feito por técnicos da autarquia, que pretende recolher os contributos dos jovens em vários domínios, fomentando o exercício da cidadania ativa e participação política responsável e deste modo atualizar o estudo de caracterização da juventude do concelho. -----

----- Realçou estes três projetos importantes na intervenção local, que têm metodologias de ações distintas, mas o mesmo fim, ou seja, adaptar cada vez mais Torres Vedras aos torrienses preparando cada vez mais a cidade para os seus cidadãos, e reflexo disso mesmo tem sido a forte adesão da população a estas sessões, tendo sido a inclusão um dos focos das mesmas. -----

----- Concluiu dizendo que o grupo municipal do PS valoriza a permanente participação pública nas tomadas de decisão locais, sinal de uma gestão democrática e transparente, assente em políticas de proximidades muitas vezes defendidas neste plenário pelo presidente da câmara.-----

----- O **Presidente da Câmara** disse que o executivo defende o modelo participativo, que têm posto em prática ao longo dos anos e naquilo que é a visão integrada para o território, dar oportunidade aos torrienses de participarem na vida e na atividade do município. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRÉMIO NACIONAL DA PAISAGEM 2018:-----

----- O *deputado municipal Rui Lopes* deu a conhecer ao plenário a menção especial do júri à candidatura do município de Torres Vedras ao prémio em título, obtida entre 22 candidaturas, pelo envolvimento do município e da população na proteção, valorização e promoção do património

natural e cultural da Paisagem da Serra do Socorro e da Archeira. -----
---- O júri destacou ainda o estudo que foi efetuado do levantamento dos elementos naturais e patrimoniais daquele espaço e enalteceu o órgão de gestão pelo trabalho que foi executado num modelo participativo. -----
---- Por último referiu o Observatório da Paisagem e o Centro Interpretativo da Serra do Socorro e Archeira que convidou os presentes a visitar. -----
---- O **Presidente da Câmara** assinalou a importância deste prémio, como reconhecimento de entidades externas, fruto do trabalho que têm desenvolvido neste domínio, sendo que Torres Vedras e a equipa que faz a gestão do espaço estão de parabéns. -----
---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DO BLOCO DE ESQUERDA RUI MATOSO - CENSURA

– SANTA DA BOLA: -----
---- O *deputado municipal Rui Matoso* interveio no sentido de felicitar a Biblioteca Municipal e a sua Diretora Dra. Goreti pela excelente exposição atualmente patente sobre a “Censura”, através do arquivo EPHEMERA de Pacheco Pereira. -----
---- Disse que facto não podia ser uma melhor coincidência e oportunidade para debater um tema cadente, há décadas, neste município e tendo presente a polémica surgida em torno da “Santa da Bola” seria de aproveitar para debater este assunto na Assembleia Municipal, enquanto instituição da Democracia Local, num Estado de Direito Democrático, que deveria preocupar-se com os ataques constantes às liberdades e aos direitos garantidos pela Constituição da República Portuguesa de 1976. -----
---- Também disse que já não percebe bem se o “25 de Abril” chegou a Torres Vedras ou se ainda estão em pleno Estado Novo. -----
---- Deu como exemplo a expressão usada no Decreto-Lei n.º 22/2019 de 30/01, que irá mais à frente na sessão ser votado sobre a descentralização da cultura que no seu art.º 2.º alínea c) refere “O controle prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística” para dizer que não sabe onde o legislador foi buscar a expressão. -----
---- Quanto à escultura do Carnaval “Santa da Bola” que foi censurada, disse não ter percebido se foi mais uma operação de “marketing de guerrilha” ou se é realmente censura pura e simples. O que sabe é que a paróquia local obrigou o edil a retirar a peça do monumento do Carnaval. -----
---- Ninguém tem a ver com as opções pessoais do presidente da câmara que é um fervoroso católico, no entanto preocupa-o que a Igreja Católica subjugue o poder local, eleito democraticamente, às suas decisões eclesiais num momento em que, segundo reza a tradição, a “chave da cidade” vai ser entregue aos foliões e à folia, pelo que gostaria de ser esclarecido. -----
---- O **Presidente da Assembleia** tomou a palavra dizendo que deputado municipal ter dúvidas

sobre se o 25 de Abril chegou a Torres Vedras, só não considera a afirmação caluniosa, atenta a sua juventude, mas há afirmações que antes de serem feitas, deviam ser ponderadas e o deputado tinha obrigação de conhecer melhor a história. -----

---- O **Presidente da Câmara** esclareceu que recebeu um ofício da paróquia da cidade, que analisou, tendo tomado uma decisão. Ao constatar que a peça em causa não estava contratualizada no âmbito do projeto do monumento, reuniu com o autor e resolveram retirá-la. -----

---- Lembrou que o Carnaval de Torres nunca é consensual, mas continua a ser o mais português de Portugal. -----

---- Como presidente da câmara tem orgulho em ser folião, mas também de ser católico e cada um sabe de si mas o mais importante é poderem dignificar um dos maiores eventos nacionais e o maior da cidade de Torres Vedras. -----

---- Também é importante sublinhar que o Carnaval de Torres Vedras chega ao dia de hoje, já com 56 minutos de transmissão na televisão, que a ser paga representaria cerca de um milhão de euros em publicidade, revelando o trabalho do município neste domínio pois de norte a sul se fala do Carnaval de Torres Vedras. -----

---- O *deputado municipal Rui Matoso* fez notar que o presidente da mesa parece ter ficado chocado com as suas palavras, mas pela resposta do presidente parece-lhe evidente que houve censura e obediência a uma ordem da igreja que lhe soa a algo histórico. Acha estranho estar-se a condicionar a liberdade artística, que é consagrada constitucionalmente. -----

---- A *deputada municipal Ana Fiéis* começou por questionar se toda esta questão da “Santa da Bola” teve como objetivo publicitar o Carnaval, e se foi o caso, felicita a autarquia pois Torres Vedras foi amplamente publicitada e em todo o lado se fala do assunto. -----

---- No entanto, não lhe parece que tenha sido esse o objetivo nem lhe parece bem que o edil tenha dito que o autor concordava, uma vez que o mesmo se mostrou publicamente indignado com a decisão. Questionou também que esculturas não estavam no projeto inicial e o facto de não ter sido retirado o “Cristo Rei Cristiano Ronaldo”, ou seja, qual a razão de censurar uma e não outra. -----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira* acrescentou que também podiam tirar o Zé Povinho, que a choca mais do que a “Nossa Senhora - Santa da Bola”. -----

---- A concluir as intervenções sobre este assunto o **edil** reafirmou que o Carnaval de Torres Vedras é o mais português de Portugal. -----

PROJETO MOVEMENTE AND LEARNING OUTSIDE (MLO): -----

---- A *deputado municipal Leonor Marinheiro* deu nota de um artigo do jornal Expresso que versava este projeto, onde releva a iniciativa do município, que demonstra a preocupação com a excessiva institucionalização do pré-escolar e que motivou a que recorresse à Universidade de Lisboa no sentido de tentar encontrar estratégias para minimizar esta problemática. -----

----- Assinalou que o MLO defende as potencialidades do espaço outdoor como ambiente rico para desenvolvimento e bem estar das crianças do pré-escolar fomentando, simultaneamente, o desenvolvimento das competências pedagógicas, através de formação específica e também o envolvimento das famílias através da cooperação e participação ativa. -----

----- Deu nota ainda que participam como parceiros, a nível nacional o Agrupamento de Escolas Madeira Torres, a Faculdade de Motricidade Humana e internacionalmente os países Estónia, Noruega, Croácia e Grécia. -----

----- Terminou com uma palavra de apreço e reconhecimento ao setor de educação da autarquia, cuja ação sai fortalecida com esta iniciativa, promovendo com este projeto vantagens indiscutíveis para as crianças aos profissionais que com elas trabalham, encarregados de educação e à comunidade em geral e deixa à câmara municipal a sua admiração pela continuação do trabalho fantástico e inovador nesta área. -----

----- O **Presidente da Câmara** deu nota que se trata de uma peça excelente que reporta o trabalho excelente que se faz na área da educação no município de Torres Vedras, sob a tutela da Vice-Presidente Laura Rodrigues. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

MOBILIDADE: -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* começou por enaltecer a participação do público, nos novos moldes do regimento e que partilha das preocupações manifestadas pelo munícipe Jorge Costa. De seguida referiu que a mobilidade não é o ponto forte deste município e o edil tem de escutar todos com mais atenção, mais humildade e menos teimosia. -----

----- Assim, e relativamente à recente construção de rotunda nova junto aos acessos do Barro, não percebe como em tanto espaço conseguiram construir uma rotunda tão pequena, transformando aquilo que era um espaço de fluidez para a autoestrada que serve o concelho, em mais um ponto de congestionamento no trânsito. -----

----- Relativamente ao novo parque de estacionamento que está a ser construído no mesmo local, para facilitar quem acede às diretas para Lisboa, deu nota que as paragens não comportam os autocarros maiores e o acesso ao parque faz com que todos os automobilistas que vêm do acesso da A8, ou do centro da cidade tenham que vir à rotunda do Barro para poder entrar. Parece-lhe que está mal concebido e o bom senso imperava para que fosse feito de outra forma. -----

----- Alertou ainda para as alterações ao trânsito que estão a ser feitas junto ao Tribunal, que serão outro ponto de congestionamento, pois junto à pizzaria, existiam duas faixas de rodagem e agora só uma, fazendo com que se tenha que se esperar para se virar para os dois sentidos. -----

----- Por último soube que houve um debate público sobre as alterações que irão ser feitas na Praça, 25 de abril e questionou se o edil já equacionou sobre a possibilidade de pôr a Rua António Batalha

Reis no sentido descendente, para evitar a “procissão” que diariamente ocorre, especialmente na hora de ponta, na Rua Santos Bernardes até à rotunda da Física. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* deixou também uma palavra para o público, em especial ao munícipe Jorge Costa, deixando-lhe a mensagem de que “persistência e insistência muitas vezes estão de mãos dadas” e “só é vencido quem desiste de lutar”. -----

---- Relativamente às obras atrás do Tribunal e na eventualidade de não ficarem concluídas até ao Carnaval o *deputado municipal João Pedro Gomes* alertou que podem trazer problemas de segurança ao evento. -----

---- O *Presidente da Câmara* disse que em questões de mobilidade não há solução certa, na certeza que têm feito um percurso sólido, com base em instrumentos de planeamento que foram aprovados nesta Assembleia Municipal, procurando equilíbrio dentro do modelo que existe. O Executivo tem que tomar decisões e não as toma por teimosia. -----

---- Assegurou que um autocarro de três eixos cabe nas paragens citadas. -----

---- Informou ainda que apresentaram publicamente a proposta para a Praça 25 de Abril segundo a qual na Rua Batalha Reis se mantém o sentido de trânsito até meio, sendo condicionado no topo poente, com a possibilidade de virar à direita, a Rua Brigadeiro Neves Costa será ascendente e a Rua Álvaro Galvão manter-se-á descendente. -----

---- Quanto às obras atrás do Tribunal, esclareceu que fazem parte da rede de ciclovias, que estão em curso e que vão continuar após o Carnaval. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

40.º ANIVERSÁRIO DE TORRES VEDRAS DE VILA A CIDADE: -----

---- O *deputado municipal Nelson Aniceto* tomou a palavra para dar nota da cerimónia que decorreu no dia 3 de fevereiro, neste auditório, para comemorar o 40.º aniversário da elevação de vila a cidade. -----

---- Referiu que na mesma foi feito um enquadramento histórico do desenrolar do processo até à sua aprovação em Assembleia da República, fruto do empenho e esforço de Sérgio Simões. -----

---- Terminou mencionando que foi uma cerimónia bonita, que decorreu com a sala cheia, e onde verificou que estiveram presentes os membros do Executivo do PS, alguns deputados municipais do PS e o colega do CDS-PP, Pedro Castelo. -----

---- O *Presidente da Câmara* agradeceu as palavras. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

EDIFÍCIO JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL: -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* questionou se o edil tem novas informações sobre este assunto. -----

---- O *Presidente da Câmara* informou que já foi encontrada uma solução que será brevemente

apresentada ao executivo e depois virá à assembleia municipal. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TERMINAL RODOVIÁRIO DE TORRES VEDRAS:-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* questionou qual o ponto de situação em termos de data quanto à colocação de uma nova cobertura no cais de embarque do terminal em título. -----

---- O **Presidente da Câmara** informou que estão a terminar o projeto da cobertura, esperam lançar o concurso até final do ano, com obra a ocorrer em 2020.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LINHA FERROVIÁRIA DO OESTE:-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* inquiriu quando começam as obras. -----

---- O **Presidente da Câmara** esclareceu que em 2018 foi apresentado a adjudicação do processo que teve algum ajustamento em função do Estudo de Impacto Ambiental e agora está em condições de ser lançado o concurso para a modernização entre Meleças e Caldas da Rainha que vai ocorrer no primeiro semestre de 2019.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADA NACIONAL 9:-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* inquiriu quando começam as obras. -----

---- O **Presidente da Câmara** informou que o processo está para visto do Tribunal de Contas e está previsto obra no início de 2019.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA – HOSPITAL DR. JOSÉ MARIA ANTUNES JÚNIOR: -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* indagou sobre novos desenvolvimentos no que se refere às conversações com a Santa Casa quanto ao futuro do hospital de Torres Vedras.-----

---- O **Presidente da Câmara** respondeu que estavam a analisar este assunto de uma outra forma.

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REDUÇÃO TARIFÁRIA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS:-----

---- Relativamente a este assunto que foi discutido na sessão extraordinária de janeiro e em que foram apresentadas duas moções distintas, o *deputado municipal Pedro Castelo* questionou se o edil já tem mais informações para dar, se a recomendação que fez à tutela surtiu efeitos, como está a tal plataforma de entendimento que falou e se já sabe o reflexo da medida no orçamento da autarquia.-----

---- Como não quis criar o grupo de trabalho, recomendado na moção do CDS-PP, questionou como está o trabalho da câmara municipal nesse sentido. -----

---- O **Presidente da Câmara** disse que este assunto está a ser trabalhado na OesteCIM e até 15 de março vão tomar uma decisão. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RIO SIZANDRO/VALA DO ALPINHÃO:-----

----- O *deputado municipal António Moreira* alertou que a vala do Alpinhão continua com sujidade e custa-lhe ver que os patos já desertaram, solicitando a atenção do vereador da área do ambiente para esta questão.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Teve início o Período da Ordem do Dia.**-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

----- O Presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 7 de 29, 30 de novembro e 4 de dezembro, tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.-----

1 - PROPOSTA N.º 5/AM/2019 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

----- O *Presidente da Mesa* deu a palavra aos proponentes dos documentos apresentado no âmbito deste ponto, no sentido de fazerem a sua leitura ou uma pequena apresentação.-----

VOTO DE PESAR – FRANCISCO ARSÉNIO:-----

----- “No passado dia 7 do corrente mês, faleceu Francisco Arsénio, membro que foi da Assembleia Municipal de Torres Vedras.-----

----- Na vida profissional foi operário da Casa Hipólito.-----

----- Na vida autárquica foi, durante um período de 14 anos, iniciado em 1980, presidente do Executivo da sua freguesia, Monte Redondo.-----

----- Num tempo em que, tal como hoje, as Juntas de Freguesia necessitavam, em muito, do apoio da Câmara Municipal, Francisco Arsénio, desde a primeira hora, sempre assumiu perante os responsáveis municipais, uma atitude de firme e frontal defesa da terra que o viu nascer e cujos habitantes lhe haviam confiado, democraticamente, o seu voto.-----

----- Embora sendo uma freguesia pequena, nunca e por nada, Francisco Arsénio aceitava que Monte Redondo fosse negativamente discriminada, mesmo que tal lhe causasse incompreensão e até inimizades.-----

----- Francisco Arsénio tinha uma firme noção do mandato que os seus conterrâneos lhe confiaram.

----- Era um homem inteiro, incansável e determinado. E nessa inteireza estava um dos seus títulos de honra.-----

----- Como exemplo que se mantém atual, a Assembleia Municipal curva-se perante a sua memória e apresenta sentidos pêsames à sua família enlutada.-----

----- Torres Vedras 25 de fevereiro de 2019-----

----- Jacinto Leandro - Grupo Municipal Socialista.”-----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata, o voto de pesar apresentado, pelo falecimento de Francisco Arsénio, tendo observado um minuto

de silêncio em sua memória. -----

VOTO DE PESAR – JOÃO GHIRA:-----

-----“Faleceu no passado 24 anos o engenheiro agrónomo João Carvalho Ghira, torriense de coração e figura proeminente no mundo vitivinícola. -----

-----De entre outros cargos, foi Presidente do IVV, da Comissão Vitivinícola Regional da Estremadura, depois Lisboa. -----

-----Iniciou funções na hoje Estação Vitivinícola Nacional de Dois Portos, tendo também apoiado tecnicamente diversos Governos. -----

----- Foi fundador e Grão Mestre da Colegiada de Enófilos S. Vicente, confraria báquica de âmbito nacional, Presidente da Associação da Rota da Vinha e do Vinho do Oeste e autor de entre outros, do interessante livro "Os Vinhos da Estremadura". -----

----- A 30 de Abril, agora, infelizmente, a título póstumo será homenageado em cerimónia que estava já anunciada, no Cartaxo, sua terra natal, pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

----- A sua afabilidade em todos deixa enorme saudade-----

----- Conjuntamente os Grupos Municipais do PS e PSD se associam a um voto de pesar a transmitir a sua família. -----

----- Torres Vedras 26 de fevereiro de 2019.-----

----- António Carneiro e Luis Carlos Lopes.” -----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata, o voto de pesar apresentado, pelo falecimento de João Carvalho Ghira, tendo observado um minuto de silêncio em sua memória. -----

VOTO DE SAUDAÇÃO – GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL:-----

-----“O Bloco de Esquerda de Torres Vedras saúda veementemente os estudantes pela convocação da GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL para o próximo dia 15 de março, pelas 10h30. -----

----- Tudo começou quando Greta Thunberg, jovem sueca de 16 anos, decidiu, em agosto de 2018, fazer greve das aulas em frente ao parlamento sueco, segurando o famoso cartaz: “GREVE Á ESCOLA PELO CLIMA”. O seu objetivo era chamar a atenção dos políticos suecos para a resolução séria e eficaz da crise climática. -----

----- Saudamos e apoiaremos as mais diversas formas de luta que façam da resolução da crise climática a sua prioridade, cumprindo com seriedade o Acordo de Paris. -----

----- Tal como os estudantes, também nós consideramos que é tempo de os governantes pararem de agir de forma cínica e egoísta, pois, nunca como dantes se usou e abusou da palavra “desenvolvimento sustentável” que na verdade cria apenas uma ilusão que serve para esconder a verdade da mesma atitude e comportamento de sempre: a destruição imparável do meio ambiente e do planeta Terra. -----

----- É hora todos de nós, jovens e menos jovens, trabalhadores ou estudantes, lutarmos com vigor contra aqueles que pretendem continuar a usurpar e a delapidar os nossos recursos naturais, que no respeitam as árvores, os animais ou as florestas do nosso planeta, mas também do nosso município. -----

----- Com esta greve, milhares de jovens protestam contra a inércia dos governantes face às alterações climáticas. Tal como eles, também nós exigimos urna mudança de paradigma, nomeadamente a proibição da exploração dos combustíveis fósseis em Torres Vedras em particular, e em Portugal de modo geral. Exigimos a expansão significativa das energias renováveis e, particularmente, da energia solar; a produção elétrica ser 100% assegurada por energias renováveis até 2030 e o melhoramento eficiente e drástico do sistema de transportes públicos, designadamente da modernização da Linha Ferroviária do Oeste. -----

----- Em defesa do Planeta e pelo combate às alterações climáticas, saudamos o movimento estudantil. A todos o nosso bem hajam! -----

----- Torres Vedras 26 de fevereiro de 2019. -----

----- Pelo deputado do Bloco de Esquerda, Rui Matoso”. -----

----- A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o PSD também saúda a iniciativa. -----

----- Também o *deputado municipal Jacinto Leandro* assinalou que o grupo municipal do PS apoia a iniciativa” greve climática estudantil.” -----

----- Por sua vez o *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que o TnL saúda todas as iniciativas como estas, que contribuem para o combate às alterações climáticas. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o voto em título. -----

RECOMENDAÇÃO – PELA ELABORAÇÃO DE POLITICAS E DE ESTRATÉGIAS CULTURAIS EM TORRES VEDRAS: -----

----- Considerando que: -----

----- i) Para além das questões técnicas e burocráticas originadas pela legislação produzida no âmbito da descentralização de competências para os municípios no domínio da cultura, verificamos que Torres Vedras permanece ainda hoje sem ter um quadro de Políticas e Estratégias Culturais Locais construídas com a participação dos cidadãos e ancoradas nos princípios e valores da Democracia Cultural; -----

----- u) A Constituição da República Portuguesa (CRP), ao fundamentar a autonomia do poder local e do princípio de subsidiariedade (art.º 6), faz depender a existência de Políticas Públicas Culturais apenas da vontade política dos órgãos municipais; -----

----- iii) Desde a instauração da democracia local promovida pela “Revolução dos Cravos’ e apesar dos mais diversos contributos fornecidos por organizações e indivíduos da sociedade civil ao longo das ultimas décadas, o município de Torres Vedras não promoveu o debate necessário nem as

medidas conducentes à construção de políticas públicas fundamentadas na Cidadania Cultural Ativa; -----

---- iv) A Vitalidade Cultural de um território é incompatível com o protagonismo exagerado de uma Câmara Municipal, pois, tal como previsto no n.º 2 do art.º 432 da CRP: «O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas. -----

---- v) As políticas de descentralização no domínio da cultura em Portugal não geraram automaticamente novas centralidades culturais no território nacional. Sendo facilmente verificável que a criação de novas centralidades locais depende, em grande medida, das estratégias e das políticas culturais locais e das iniciativas organizadas por estruturas e por projetos culturais independentes do controlo do poder político; -----

---- vi) Nos estudos efetuados - pelo extinto Observatório das Atividades Culturais - a avaliação dos resultados e dos efeitos das políticas apostadas na democratização através do aumento e descentralização da oferta cultural, conclui-se não terem gerado automaticamente um alargamento da base social dos públicos, e que alguns dos investimentos efetuados em infraestruturas não se fizeram acompanhar de outros igualmente indispensáveis para a valorização e mobilização das dinâmicas culturais locais, capazes de incentivar a participação de populações menos familiarizadas com as artes e a culturas. -----

---- vii) A derradeira finalidade de uma Política Cultural é a de enriquecer o universo de possibilidades das práticas culturais dos cidadãos, bem como estabelecer um entendimento da cultura como bem comum, intervindo sobre as condições que estruturam essas mesmas práticas, designadamente: -----

---- Condições de produção e criação cultural em sentido amplo; -----

---- Condições de conservação, preservação e valorização do património cultural material e imaterial; -----

---- Condições para a valorização da produção plural dos conhecimentos e das subjetividades; ----

---- Condições de acessibilidade universal aos serviços e bens culturais; -----

---- Condições de fruição das artes e dos equipamentos culturais em diferentes modalidades e intensidades; -----

---- Condições de participação ativa dos cidadãos no desenho das políticas e das estratégias públicas de cultura; -----

---- Condições para o desenvolvimento de novas práticas culturais, novas expressões culturais e artísticas e de novos públicos para a cultura; -----

---- Condições para o alargamento do universo dos criadores culturais e a dessacralização dos critérios de hierarquização da produção intelectual e artística; -----

- xiii) Não existe desenvolvimento humano sustentável a nível local, sem a participação cultural ativa dos cidadãos, sem Direitos Culturais ampliados e sem um elevado sentimento de Liberdade e consciência da Cidadania Cultural; -----
- ix) Sobretudo os jovens, não querem ser apenas apreciadores passivos da cultura que é produzida por alguns. Querem eles próprios participar ativamente na criação cultural, designadamente através dos meios de produção públicos colocados ao seu dispor, mas também dos meios digitais hoje amplamente disseminados. -----
- x) A perspetiva da qualidade de vida urbana no século XXI, depende do entendimento da cultura como condição essencial da existência humana, das sociedades e das cidades, visto que cidade e cultura são interdependentes, e que afirmar o “direito á cultura” equivale a afirmar o “direito à cidade”, o direito à participação e á construção da vida pública - fazer cidade -, pois sem cidade no há cultura e vice-versa; -----
- xi) A cultura — enquanto matéria de política pública — é, no quadro da Democracia Cultural, entendida como capacidade ativa de cidadania, ou seja, como conjunto de ferramentas simbólicas e conceptuais que os membros de uma comunidade necessitam para lidar com a realidade difusa do mundo contemporâneo e para elaborar novas estratégias de vida coletiva. -----
- xii) A cultura enquanto meio de desenvolvimento da autonomia dos cidadãos é uma ferramenta da participação cívica;-----
- xiii) A cultura não é apenas um produto para consumo, fruição ou acesso, pois, é também um processo de construção simbólica, de capacitação e emancipação das populações;-----
- xiv) Falar de políticas culturais públicas é falar de condições de liberdade e de cidadania em sociedades democráticas;-----
- xvi) Na interação cultura-cidade podemos ver a mais complexa forma das realizações humanas (no plural), favorecendo a vitalidade e a diversidade cultural, a coeso social; a valorização dos indivíduos, do quotidiano e dos espaços públicos socialmente apropriados.-----
- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 26 de fevereiro de 2019, ao abrigo do disposto no art.º 25, n.º 2, alínea k) do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, delibera recomendar à Câmara Municipal de Torres Vedras: -----
- 1) Promova conjuntamente com os agentes atores culturais locais, de forma sistemática e regular um conjunto de medidas que visem: -----
- A adesão oficial à Agenda 21 da Cultura, como complemento da Agenda 21 Local;-----
- A construção de Políticas e Estratégias Culturais Municipais, fundamentadas em diagnósticos e em processos participativos abertos e transparentes ----- ;
- A Criação do Conselho Municipal de Cultura de Torres Vedras, no qual sejam integrados as estruturas e personalidades locais; -----

-----A qualificação dos serviços públicos de cultura de modo a que estes assumam o inestimável papel de catalisador ativo dos ecossistemas culturais locais;-----

-----A criação de uma Bolsa de Espaços Disponíveis, bem como de Recursos Logísticos e Técnicos;

-----A criação de um Gabinetes de Apoio a Projetos Culturais e Criativos; -----

-----O apoio plural a projetos específicos de promoção da Interculturalidade e do Diálogo intercultural;-----

-----A qualificação e expansão de serviços educativos, incluindo programas que problematizem a vida cultural contemporânea;-----

-----A realização de um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Economia Cultural e Criativa; ---

----- Desenvolvimento e integração da cultura técnica e científica no domínio das políticas de cultura;

----- Democratização de equipamentos e instituições culturais, promovendo a participação e a colaboração dos agentes culturais de modo transparente e equânime; -----

----- Promoção regular de debates e sessões de trabalho entre agentes culturais e administração pública, descentralizados nas Juntas de Freguesia;-----

----- Incentivo à criação de plataformas digitais comunitárias de comunicação e cultura; -----

----- Facilitação de uso de imóveis devolutos (públicos e privados) para fins artísticos e culturais;

----- A revitalização da esfera pública cultural e da vitalidade cultural urbana (contexto urbano criativo), facilitando e promovendo a utilização dos espaços públicos para a realização plural das “artes de rua”; -----

----- A Defesa e a promoção efetiva dos Direitos Culturais;-----

----- Torres Vedras, 26 de fevereiro de 2019-----

----- Pelo deputado do Bloco de Esquerda, Rui Matoso.”-----

----- O *deputado municipal Jacinto Leandro* começou por recordar que de facto o 25 de abril chegou a Torres Vedras e tem havido eleições com a vitória do PS que lhes dá o direito de apresentarem as suas propostas e relativamente às medidas que são apresentadas, sugeriu ao proponente que ler o programa eleitoral do PS, uma vez que grande parte das propostas recomendadas constam no mesmo e estão a ser implementadas.-----

----- Terminou dizendo que não lhe reconhece legitimidade social e política, para a meio do mandato fazer esta recomendação, pondo em causa o trabalho que está a ser feito pelo executivo municipal, e que corresponde ao que o eleitorado lhes exige, fruto do compromisso assumido na campanha eleitoral do PS.-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* fez notar que não teve oportunidade de ler a moção de ponta a ponta, dado a exiguidade de tempo para o fazer e a extensão da mesma. -----

----- No entanto, declarou que importa não esquecer que para se falar de cultura e para que os nossos se interessem, têm que ter as necessidades básicas satisfeitas, e será esta a razão que a

cultura essencialmente desperta interesse às camadas médias e médias altas.-----

---- O *deputado municipal Nuno Henriques* lembrou que desde há já algum tempo que vem falando neste plenário sobre o Conselho Municipal de Cultura, que ainda não avançou. -----

---- Com a sua intervenção quer salientar o facto de cultura não ser apenas das elites, que também pode ser o artesanato, tão importante como qualquer outra forma de cultura, e os estudos dizem-lhes que os consumidores da cultura, dita tradicional, diminuiu bastantes nos últimos anos, bem como, o facto de o turismo e a cultura terem que estar sempre juntos, e que, apesar de na autarquia estes pelouros estarem juntos, têm que ser cimentados. -----

---- Pensa que a descentralização nesta matéria será importante no concelho e em todo o país, mas não podem continuar a apostar na cultura experimental com os dinheiros públicos. -----

---- Fez notar que só por ganhar as eleições não quer dizer que o PS tenha toda a razão por seu lado. Com o 25 de Abril também veio a democracia e devem ouvir os contributos de todos, daí a sua insistência para que avance o Conselho Municipal da Cultura onde todas estas questões serão tratadas -----

---- O PSD aprova a recomendação na generalidade, apesar de conter muitas considerações com que não se reveem.-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* manifestou-se confuso com o teor da recomendação e também não se revê em certas considerações que faz. -----

---- Considerou importante o que o colega Jacinto Leandro disse, quanto ao programa eleitoral do PS, o qual pensa que será devidamente avaliado nas próximas eleições. Não se revê no mesmo, mas aceita.-----

---- A recomendação não terá o voto favorável do CDS-PP. -----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* subscreveu a intervenção do seu colega de bancada, pois também acha que a cultura tem um potencial transformador que não devem desconsiderar. -----

---- Não se revendo em alguns considerandos da recomendação, assinalou que os programas dos partidos sofrem mutações ao longo do tempo, e são postas em prática outras atividades e outras dinâmicas impostas pelos tempos e pela forma como a sociedade se movimenta e evoluiu.-----

---- Assim, não lhe choca que haja recomendações, sendo importante que tragam a cultura para a discussão pois sendo um chamar de atenção para uma matéria, que fica muitas vezes esquecida, a seu ver, erradamente. -----

---- Pediu de novo a palavra o *deputado municipal Rui Matoso* assinalando que há confusão entre políticas culturais e programação cultural, ou seja os conceitos em si nada têm a ver com a governação.-----

---- A recomendação fala dos direitos de culturais, liberdade cultural, noção previstas na constituição e a sua intenção é abrir o debate à necessidade de criar estratégias participadas pelos cidadãos

para a cultura. -----

---- Fez notar que no site do município nunca encontrou política cultural, com estratégias setoriais nem o efetivar da “cultura para todos”, que vem na constituição. -----

---- Concluiu afirmando que neste caso como em todos os casos é bom olhar para as boas práticas, tais como a do PS na Câmara Municipal de Lisboa, há muitos anos. -----

---- O *deputado municipal Nuno Henriques* especificou que não podem comparar Torres Vedras a Lisboa, há opções que têm que ser respeitadas democraticamente e há que distinguir entre as várias formas de cultura. -----

---- Nesta altura e devidamente autorizada pelo presidente da mesa foi dada a palavra à vereadora da cultura, **Ana Umbelino** que teceu algumas considerações sobre a recomendação. -----

---- Da sua intervenção salienta-se o facto de considerar que o deputado municipal na apresentação que fez não só diz inverdades relativamente aquilo que é o papel do município na promoção de uma política cultural, como também é profundamente injusto em relação aos agentes culturais que operam no território e com os quais, de forma colaborativa o município desenvolve a sua atividade. -----

---- Considerou que este rol de recomendações, mais não são do que a tradução daquilo que o município já faz ou que inscreveu no seu programa eleitoral, o que lhe parece um pouco paradoxal e contraditório uma vez que o PS assumiu o compromisso de cumprir estas medidas, ainda está em curso o seu mandato e não percebe razão de recomendar que façam aquilo que se comprometeram a fazer, quando não existe qualquer tipo de incumprimento. -----

---- Respiçou algumas das medidas que apresenta como se fossem novidade, para fazer notar que o deputado anda distraído, pois na verdade o município há uns anos a esta parte que tem vindo a desenvolver uma série de projetos nessas vertentes. -----

---- Lembrou que neste momento encontra-se em discussão o projeto de regulamento municipal de atribuição de apoios, que nos critérios que elege para apreciação das candidaturas releva relações de parceria que as organizações devem estabelecer com agentes culturais locais, nacionais e internacionais e a existência de projetos educativos, bem como o envolvimento de grupos vulneráveis como critério de majoração e como tal não percebe a razão destas recomendações, quando na verdade os instrumentos que o município está a construir já inscrevem precisamente essas preocupações. -----

---- Também fez notar não ser verdade que o município não desenvolve um trabalho colaborativo com os agentes culturais, e é desmentido pelos factos. -----

---- Assim deu nota que é intenção do município avançar ainda este ano, ainda que no programa eleitoral não tenham colocado qualquer data, com a elaboração do Plano Estratégico da Cultura, cujo caderno de encargos já se encontra perfeitamente desenhado e do qual resultará o desenho de uma estrutura, ao qual não chamam Concelho Municipal de Cultura, apesar de a questão do

nome não interessar e mas ideia de conselho municipal até radica numa visão pouco funcionalista. O que interessa são os princípios, ou seja, uma estrutura de governança participada, colaborativa multinível, que terá forçosamente de estar ancorada no território e envolver todos os cidadãos inclusivamente ao nível da freguesia. -----

----- Referiu ainda que é com estupefação que vê esta recomendação que só pode entender como uma tentativa de ocupar um espaço mediático e uma tentativa de afirmação do BE.-----

----- Contudo relevou a importância de se discutir questões relacionadas com a cultura e de se inscrever a cultura na agenda, algo que o PS ao longo destes mandatos têm feito e com evidências muito concretas da transformação que se tem assistido neste território por força da cultura.-----

----- Disse não perceber quando o deputado municipal Rui Matoso disse que em Torres Vedras é necessário defender os direitos humanos e a constituição e que não existe liberdade artística, quando no início da sua intervenção, erradamente, relevou, o facto de haver uma exposição na Biblioteca, mercê da decisão da sua diretora, o que a leva a interrogar-se se afinal aos diretores artísticos e os dos equipamentos culturais têm a sua liberdade cerceada, ou podem programar com liberdade.-----

----- Concluiu esclarecendo que não obstante a diretora ser uma trabalhadora de excelência, quem teve a iniciativa, foi um cidadão, de seu nome Venerando de Matos. -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que a assembleia teria ficado mais pobre não fora a intervenção da vereadora, tendo a certeza que todos ficaram mais elucidados no sentido de voto a dar à recomendação em discussão.-----

----- O *presidente de junta de Ponte Rol, Pedro Vaza* manifestou-se magoado com a distribuição da cultura e não sabe se este ano irá organizar as marchas. -----

----- O *deputado municipal Nuno Henriques* também saudou a intervenção da vereadora, mas fez notar que num Conselho Municipal de Cultura, a assembleia terá representantes e se for outro fórum pode não ter. Não percebeu se irão ter este conselho em 2021, o que questiona, pois considera de extrema importância, para um concelho que é o 29.º do país.-----

----- Foi dada a palavra novamente à *Vereadora* que esclareceu vão ter uma estrutura que é similar ao Conselho Municipal de Cultura, que emane do processo participativo.-----

----- Informou que os Conselhos Municipais de Cultura não estão legislados, por isso o compromisso do Executivo é criar uma plataforma que tenha como missão garantir desde logo a execução do Plano Estratégico em Cultura, garantir a sua monitorização e acompanhamento daquilo que são as políticas públicas locais em matéria de cultura, trabalhando depois numa forma temática. -----

----- O *deputado municipal Nuno Henriques* disse que este pensamento é errado, dizendo que o órgão máximo representativo da população é a Assembleia Municipal.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 28 votos contra, 9 abstenções e 2 votos a favor

não aprovar a recomendação em título. -----

----- Anota-se que votaram a favor BE e Pedro Vaza, abstiveram-se PCP e PSD e contra PS, TNL, CDS-PP, e Pedro Bernardes. -----

2 - PROPOSTA N.º 6/AM/2019 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

----- Presente informação referente à atividade do município de 21 de novembro de 2018 a 19 de fevereiro, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores regista € 449.223,75 e o total de disponibilidades € 4.694.530,19. -----

----- A *deputada municipal Rita Sammer* reportou-se novamente ao art.º 41.º do regimento em vigor, que refere a informação escrita do presidente da câmara, para alertar continua a estar omissa alguma informação. -----

----- De seguida deu a conhecer que recebeu informação da autarquia sobre uma questão que fez na sessão anterior sobre construções nas arribas junto à praia no Navio em Santa Cruz, para as quais não existe licenciamento, questionando quando é expetável que a legalidade seja reposta neste local. -----

----- Depois lembrou que a câmara municipal numa altura de maior crise, reduziu os valores dos apoios às associações e pensa que está na altura de fazerem um aumento de 25% para repor o valor que era atribuído antes do corte de 20% e questionou este se aumento está contemplado em orçamento para 2019. -----

----- Voltando ao assunto do monumento do carnaval o *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que o presidente da câmara tem que ser mais atento. Referiu que não quer quartar qualquer criação artística, nem trazer qualquer falso moralismo, no entanto como aprovou a maquete a fazer uso do dinheiro de todos, tem que ter presente que o monumento em causa está patente, no centro da cidade, 24 horas por dia, muitos dias para além do carnaval e nesse espaço é visitado por muitas crianças acompanhados pelos pais ou educadores. -----

----- Se é verdade que o 25 de abril chegou a Torres Vedras não é mentira que o Carnaval foge à lei e o Carnaval também tem que ter regras ou pelo menos uma, que é a do bom senso. -----

----- Prosseguiu dando nota que só nas primeiras 5 semanas de 2019 ocorreram 5 atropelamentos dentro da cidade alguns deles com alguma gravidade, questionando o que está a ser feito para melhorar a segurança rodoviária e a dos peões; para melhorar a sinalização e a visibilidade das passadeiras, especialmente à noite; para adequar a velocidade ao espaço envolvente; para combater o estacionamento abusivo em cima das passadeiras e passeios quer de dia quer de noite; Para melhorar a eficácia de fiscalização pela Promotores, embora a PSP não esteja demitida dessa sua função em que poderá ter um papel mais proactivo e por último, o que está a ser feito para

sensibilizar os condutores para a condução segura, até porque frente ao edifício da câmara temos uma passadeira que não tem sinalização vertical. -----

---- O *deputado municipal Rui Matoso* questionou o que se passa com o edifício da Transforma que custou cerca de € 1.000.000,00 pago por todos e que está fechado há cerca de 3 anos, tendo encerrado logo após a sua inauguração. -----

---- Disse que se a cultura está tão bem, não percebe o que se passa com o site da câmara municipal, pois não existe informação nesta área. -----

---- Relativamente ao novo projeto de regulamento de apoios, sugeriu que possa ser aberto a grupos informais e questionou a razão de ser só aplicável a atividades e projetos considerados de “interesse para a população do concelho”, cujo conceito não percebe. -----

---- Questionou também o que significa “interesse municipal” e quem é responsável pelos critérios de avaliação das candidaturas, prevista no art.º 14.º, uma vez que nos países mais desenvolvidos esta apreciação é feita por comissões independentes. -----

---- O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* aludiu à Cidade Europeia do Vinho 2018, onde foi inequívoco o envolvimento da cidade de Torres Vedras. Bairrista e torriense que é, deu nota que na cerimónia final, apreciou a postura correta do presidente da câmara municipal de Torres Vedras, mas não a postura do presidente da câmara municipal de Alenquer, por considerar que não era o momento oportuno para exaltar tanto Alenquer. -----

---- A *deputado municipal Teresa Oliveira* questionou sobre o valor de € 3.800,00 para as obras do posto de CTT de A-dos-cunhados. -----

---- De seguida tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos e relativamente ao art.º 41.º do regimento, esclareceu que a informação escrita do presidente da câmara tem vindo a ser melhorada e os serviços estão a trabalhar numa matriz para sistematizar a informação em causa que deverá já estar disponível em abril. -----

---- No que toca à construção sem licenciamento em Santa Cruz, e uma vez que os proprietários continuam a não dar cumprimento voluntário às notificações, informou que o processo seguirá para demolição coerciva. -----

---- No que se refere aos apoios às associações, disse que em 2019, até à entrada em vigor do novo regulamento, vão ter condições de restabelecer o valor e se necessário alojar no orçamento. -----

---- Considerou a intervenção do deputado municipal Sérgio Jacinto brilhante, mas fez notar que o trabalho que estão a fazer ao nível da mobilidade não tem fim, mas é feito sempre na tentativa de melhorar. -----

---- Deu nota que tiveram registo atípico de atropelamentos, até fora da cidade e no seguimento do que ocorreu na Av. 5 de Outubro, já deu ordem para que dois arbustos fossem cortados, não tendo a perceção que carecia de sinalização vertical. -----

-----Deu nota ainda que no primeiro semestre está previsto um conjunto de intervenções para melhoria da segurança a nível da sinalética vertical, horizontal e de também de pavimentação. -----

----- Quanto à Transforma declarou que se trata de um processo altamente complexo, atentas as suas especificidades e estão a dialogar com a direção desta associação, no sentido de se encontrar uma solução. -----

----- Quanto à cultura fez notar que a intervenção do deputado do BE faz parecer que ele não vive em Torres Vedras pois é hoje uma referência nacional e internacional, onde todo o trabalho que têm vindo a desenvolver fala por si, convidando-o a ser mais realista e não ser demagogo. -----

----- Reforçou que os agentes culturais das freguesias do concelho, fazem trabalho do melhor que se faz em Portugal e na Europa. -----

----- Assinalou que o projeto de regulamento de apoios, será muito importante para o concelho e os grupos informais também estão contemplados. -----

----- Não reconhece ao deputado Rui Matoso condições para as palavras que proferiu em nome da cultura. -----

----- Relativamente à intervenção do Luis Carlos Lopes disse que são todos torrienses. -----

----- Quanto ao valor em causa para as obras do posto de CTT de A-dos-Cunhados informou que há a possibilidade, ao abrigo do protocolo com a ANAFRE, de fazer obras de adaptação do edifício da junta. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.1 – INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS: -----

2.1.1 - PROPOSTA N.º 7/AM/2019 – TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIA DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE 9/11/2017):-----

----- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

----- Ofício número 672 de 5/02/2019:-----

----- 1 – Processo OP/175/2012 – Requerimento n.º OP/8968/2018 – Sara Alexandra do Carmo Vital - parcela de terreno, situada na localidade de Casal da Cruz, em Varatojo, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área total de 70,00m², a retirar do prédio, inscrito na matriz sob o artigo 9126 da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 7683, da Freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago), destinados ao alargamento da Estrada da Torre e da Rua Casal da Cruz, distribuídos do seguinte modo: Na Estrada Casal da Torre - Na Rua Casal da Cruz de Cima.-----

----- O valor atribuído às parcelas em referência foi de € 5,00/m², perfazendo um total de € 350,00.

----- 2 – Processo OP/219/2018 – Requerimento n.º OP/6774/2018 – Aníbal Manuel Alves Ribeiro -

parcela de terreno, situada na Rua Manuel Pedro, n.º 17, em Catefica, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 39,00m², a retirar do prédio, inscrito na matriz sob o artigo 5026-P, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2596, da Freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e São Miguel), destinados à requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 195,00. -----

----- 3 – Processo OP/178/2016 – Requerimento n.º OP/17/2019 – Tiago Miguel Antunes dos Reis - parcela de terreno, situada na Rua Terra da Horta, na localidade de Casal de Naculas, Freguesia de Silveira, com a área de 261,10m², a retirar do prédio, inscrito na matriz sob o artigo 9228, da Freguesia de Silveira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6834, da citada freguesia, destinados a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.305,50, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 1.310,00. -----

----- 4 – Processo CD/2/2019 – Requerimento n.º CD/365/2019 – Santos & Damião, Construção Civil, Lda. - parcela de terreno, situada na localidade de Boavista, Freguesia de Silveira, com a área de 362,45m², a retirar do prédio rústico, inscrito na matriz, sob o art.º 177, Secção C, da Freguesia da Silveira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 8169, da referida freguesia, destinados a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.812,25, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 1.820,00. -----

----- 5 – Processo OP 284/2019 - Blue Jacekt Properties, S.A, parcela de terreno com a área de 114,96m², que serão retirados do prédio 7709 inscrito na matriz sob o art.º 9149, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz o valor total de € 574,80, arredondado para € 575,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º do CIMI. -----

----- 6 – Processo OP 285/2018 – Blue Jacket Properties, S.A, parcela de terreno, com a área total de 69,83m² que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 4675, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2111 da Freguesia de Torres Vedras (Santa Maria, do Castelo e S. Miguel) à qual foi atribuído o valor de 5,00/m², perfazendo um total de € 349,15, arredondado, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI para € 350,00. -----

----- 7 – Processo de obras OP 88/2018 – Idalina Maria Franco Adão Batista – parcela de terreno com a área de 84,35 m² a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1142 e inscrito na matriz sob o artigo 127.º, da secção Z, da Freguesia de Ventosa, à qual foi atribuído o valor de € 5,00 por metro quadrado, o que perfaz um valor total de € 421,75, arredondado para € 430,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º do CIMI. -----

----- Ofício número 747 de 7/02/2019: -----

----- 1 – Processo D4/59/2018 – Requerimento n.º D4/9509/2018 – Vítor Luís Franco Miranda - parcela de terreno, situada na localidade de Casal do Seixinho, em Alto do Seixinho, na Freguesia de Ponte do Rol, com a área total de 744,85m², a retirar do prédio, inscrito na matriz sob o artigo provisório P-2679 da Freguesia de Ponte do Rol, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1124, da mesma freguesia, destinados ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 3.724,25, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, para € 3.730,00.-----

----- Ofício número 1074 de 20/02/2019:-----

----- 1 – Processo CS/6/2019 – Requerimento n.º CS/650/2019 – Joaquim Ferreira e Maria Luis Pedro - parcela de terreno, situada na Rua Padre Ramos – Paradas, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 343,00m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 7072, da freguesia de A-dos-Cunhados (extinta) e inscrito na matriz sob o n.º 9386-P, da mesma freguesia, destinados a via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.720,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º do CIMI para € 1.720,00. -----

----- 2 – Processo CD/1/2019 – Requerimento n.º CD/224/2019 – Maria Teresa Pistachini da Silva Troni - parcela de terreno, situada nas Palhagueiras, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 175,00m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 941, e participado na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 1, secção “B”, da referida freguesia, destinados ao alargamento via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 875,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI para € 880,00. -----

----- 3 – Processo D4/49/2019 – Requerimento n.º 860/2018 – Pedro António dos Reis Rodrigues - parcela de terreno, situada em Palhagueiras, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 6,20m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 4325, e inscrito na matriz predial sob o n.º 84 secção VV, ambos da freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), destinados ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 31,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI para € 40,00. -----

----- 4 – Processo CS/5/2019 – Requerimento n.º 647/2019 – Maria Ludovina Gomes Antunes, Cabeça de Casal da herança de - parcela de terreno, situada no Casal da Barreira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 180,00m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 4039, e participado na respetiva matriz predial sob o artigo 1566 de natureza rústica (parte), ambos da mesma freguesia, destinados a via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 900,00.-----

-----5 – Processo CS/3/2019 – Requerimento n.º 365/2019 – Umbelina Antunes Francisco - parcela de terreno, situada em Sítio do Covão, União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 422,00m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 4903, da freguesia de Maxial (extinta) e participado na respetiva matriz predial sob o artigo 44, secção “AA”, da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, destinados a via pública (caminho vicinal), à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.110,00. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.1.2 - Proposta n.º 8/AM/2019 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018): -----

-----Presente ofício n.º 598 de da Câmara Municipal de Torres Vedras de 4/02/2019 a dar conhecimento que na reunião de 29/11, na sequência da deliberação genérica para atribuição de apoios às freguesias, deliberou aprovar os seguintes: Freguesia de S. Pedro da Cadeira – aquisição de viatura - € 12.000,00 e União de freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira – obras para o posto dos CTT - €3.800,00.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Face ao adiantado da hora, o Presidente da Mesa, colocou à consideração do plenário alterar a ordem da agenda tendo em vista a operacionalidade dos serviços municipais, o que teve a anuência de todos os presentes. -----

6 - PROPOSTA N.º 6/CM/2019 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2019; -----

----- Presente ofício número 1073, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/02, a remeter a revisão em título, tendo presente as competências do órgão deliberativo nesta matéria.-----

----- O **Presidente da Câmara** começou por agradecer a alteração à ordem de trabalhos, uma vez que a revisão em causa visa alguns ajustamentos e criação de rubricas na receita e na despesa de candidaturas que estão a decorrer, sendo uma delas a “Acessibilidade inclusiva na Praça 25 de abril”, cujo prazo termina na próxima sexta-feira. -----

----- Relativamente à praça em causa a *deputada municipal Rita Sammer* questionou o que há de concreto sobre o projeto que possam consultar. -----

----- O **Presidente da Câmara** informou que a nomenclatura correta é “anteprojecto”, tendo sido feita a sua apresentação pública, enquanto candidatura, no dia 20 de fevereiro neste auditório e que este anteprojecto para requalificação da Praça 25 de abril tem a especificidade de assentar na descarbonização das cidades e ser inclusivo. -----

----- O *deputado municipal Rui Matoso* questionou se a despesa que consta na revisão para apoio a instituições sem fins lucrativos está enquadrado no novo regulamento, ou se é despesa sem transparência e sem enquadramento regulamentar, como tem existido nos últimos anos. -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que não teve oportunidade de estar presente na aludida apresentação do projeto – “Acessibilidade Inclusiva na Praça 25 de Abril”, pelo gostaria de ser esclarecido, concretamente, se o trânsito vai ser eliminado da frente do atual Convento da Graça e se a Praça 25 de Abril vai deixar de estar circulável para o trânsito automóvel, no troço de acesso aos táxis. -----

----- Disse ainda que, se há diretivas comunitárias no sentido da descarbonização das cidades, também é verdade que estão numa fase de transição energética e ainda não é claro que a mobilidade elétrica seja melhor do que a que existe atualmente maioritariamente, até porque ainda está por explicar qual é o destino a dar às baterias e não devem por o “carro à frente dos animais”.

----- Quanto aos apoios o *Presidente da Câmara* informou que o regulamento ainda não está aprovado. -----

----- Informou ainda que a praça 25 de Abril terá circulação automóvel condicionada, com circulação do lado poente (troço da praça de táxis), mas em frente à igreja e ao convento não haverá circulação de trânsito, permitindo assim acessibilidades a todas as pessoas, uma vez que também vão aumentar os passeios. O estacionamento em frente à Caixa Geral Depósitos passará a ser longitudinal. -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que não viu a discussão pública deste anteprojecto, que na prática é corte parcial de mais uma rua ao trânsito automóvel, mas presume que a mesma tenha sido feita em moldes diferentes da que foi feita por causa do Largo de S. Pedro. -----

----- Não se registando mais intervenções passou-se de imediato à votação. -----

----- O *Presidente da Câmara* respondeu que vão evoluindo. -----

----- A Assembleia Municipal fazendo uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria de 35 votos a favor e 4 abstenções aprovar a 1.ª revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de investimentos da câmara municipal para 2019. -----

----- Anota-se que se abstiveram BE, TnL e CDS-PP. -----

7 - PROPOSTA N.º 7/CM/2019 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2019. -----

----- Presente ofício número 595 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 4/02, a remeter a proposta de alteração em título, em conformidade com o deliberado pelo executivo em 29/01 e que visa alterar a área de formação académica e/ou profissional, dos seguintes postos de trabalho:-----

----- AGMF (Área de Gestão e Manutenção de Frota) - 3 postos de trabalho de Assistente Operacional – passa a exigir-se a escolaridade obrigatória e a posse de carta de condução da categoria C (pesado de mercadorias). (A exigência anterior era a escolaridade obrigatória, carta de condução de categoria D, CAM, CQM, TCC e cartão de tacógrafo digital para um posto e

escolaridade obrigatória, carta de condução de pesados de mercadorias, CAM, CQM e cartão de tacógrafo digital para dois postos de trabalho).-----

-----Na ATSR (Área de Transito e Segurança Rodoviária) - 2 postos de trabalho de Assistente Operacional – passa a exigir-se a escolaridade obrigatória e a posse de carta de condução da categoria C (pesado de mercadorias).(A exigência anterior era escolaridade obrigatória e carta de condução de máquinas e veículos especiais).-----

-----Não se registaram intervenções pelo que o **Presidente da Mesa** submeteu à votação a alteração em epígrafe.-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a competência prevista nos n.ºs 4 e 5 do art.º 29.º da Lei n.º 35.º, conjugada com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, ambos na sua atual redação, deliberou por maioria, aprovar a 1.ª alteração ao mapa de pessoal da câmara municipal para 2019, acima identificada.-----

8 - PROPOSTA N.º 8/CM/2019 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA 2019:-----

----- Presente ofício número 1070, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 20/02 a remeter a alteração em título, tendo presente as competências da assembleia nesta matéria e de acordo com o deliberado pelo executivo em 19/02, que se refere à criação de um posto de trabalho de técnico superior (advogado) e um posto de trabalho para assistente operacional (leitor de consumos).-----

----- Não se registaram intervenções, pelo que se passou de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar a 1.ª alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2019.-----

9 - PROPOSTA N.º 9/CM/2019 – TOMADA DE CONHECIMENTO - DECLARAÇÕES PARA CUMPRIMENTO DO ART.º 15.º, DA LEI N.º 8/2012 DE 21/02, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA SANEAMENTO:-----

----- Presente ofício número 570, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 31/01 a remeter para conhecimento cópias das declarações exigidas nas alíneas a) e b), do n.º 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, para afeitos da alínea c) do n.º 2, do já citado artigo e que se indicam:-----

-----“Declaração de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, existentes em 31/12/2018 -----

----- Declaração de inexistência de dívida a fornecedores, por parte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, a 31/12/2018; e-----

----- Declaração de recebimentos em atraso por parte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, existentes a 31/12/2018”.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10 - PROPOSTA N.º 11/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - SMASTV – EXECUÇÃO DE 300 RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ÁGUA EM VÁRIAS LOCALIDADES:-----

-----Presente ofício número 1069, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/02 a remeter o pedido de autorização em título, visando a autorização para assunção do compromisso plurianual, cujo valor global é € 130.000,00 distribuído da seguinte forma: 2019 - € 75.000,00 e 2020 - € 55.000,00.-----

-----A Assembleia Municipal de acordo com a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21/02, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais - SMASTV – execução de 300 ramais domiciliários de água em várias localidades com o valor global de € 130.000,00 distribuído da seguinte forma: 2019 - € 75.000,00 e 2020 - € 55.000,00.

13 - PROPOSTA N.º 13/CM/2019 – TOMADA DE CONHECIMENTO – ANULAÇÃO DO CONTRATO – EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DE PONTE INTEGRADA NA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA “VARIANTE A-DOS-CUNHADOS”, ATÉ AO MONTANTE DE € 700.000,00:-----

-----Presente ofício número 597 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 04/02, a dar conhecimento, à assembleia tendo presente a sua competência para autorizar a contratação de empréstimos prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação que em sua reunião de 29/01 deliberou, por unanimidade, anular o contrato de empréstimo celebrado com o Banco BPI em 09/01/2017, com base no seguinte:-----

-----Tendo em consideração o estabelecido na cláusula quarta do contrato de financiamento celebrado com o Banco BPI para a obra acima descrita, que a utilização do crédito será efetuada no prazo máximo de 2 anos, deduzidos de 15 dias seguidos de calendário, contados desde a data de emissão do Visto do Tribunal de Contas, que ocorreu em 18/05/2017, e que o empréstimo terá que ser utilizado, no máximo, até 03/05/2019 e ainda que se verificou todo um conjunto de requisitos legais que obrigaram, por mais do que uma vez, a alterar o projeto da ponte: as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31/08, vieram exigir a revisão dos projetos de execução em obras públicas cujo preço base seja enquadrável na classe 3 de alvará, situação que se aplica a esta obra em questão; a revisão dos projetos de execução ainda não se encontra concluída; o processo da empreitada ainda terá que, após a sua adjudicação, ser enviado ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia; não se prevê que seja possível utilizar o valor contratado do empréstimo antes do final do prazo estabelecido no contrato, que se encontra em consonância com o previsto no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, não podendo, por este motivo, ser

solicitada a prorrogação do mesmo e uma vez que o contrato celebrado com a instituição bancária nada refere acerca de anulação ou revogação do mesmo.-----

----O **Presidente da Câmara** explicou que a razão desta anulação tem a ver com o facto de ter sido necessário fazer uma alteração ao PDM que é um processo com alguma morosidade, e o prazo para utilização do empréstimo expirou.-----

----Acrescentou que estão em fase de revisão do projeto, agora exigido por lei, e espera ainda neste primeiro semestre lançar o concurso publico para esta importante obra.-----

----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse perceber a razão da anulação, no entanto interroga-se quantas vezes mais esta variante vai estar no programa de todos os partidos.-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* assinalou que não estranha esta anulação uma vez que a variante já sofreu tantas transformações que não é para admirar mais esta variável. Questionou se houve custos para a autarquia, ou se conseguiu renegociar o empréstimo de forma a ficar isento dos mesmos.-----

----O **Presidente da Câmara** informou que esta obra só teve uma alteração quando passou de duas faixas para uma e não há qualquer tipo de encargos para celebrar novo empréstimo.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Tendo sido ultrapassada a hora regimental para o encerramento da sessão e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 27 de fevereiro pelas 21.00h, em conformidade com a convocatória e edital respetivos.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019:-----

----Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

----Estiveram presentes os deputados municipais: Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel

Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida Henriques, Ana Paula Santos Mota, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Ângelo António Dorés Teodoro, Artur Alexandre Santos Narciso e Rui Manuel Pinto Ibañez Matoso.-----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Srs. Vereadores, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Maria João Pinho Ribeiro, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Horta Ferreira.-----

-----O Presidente da Mesa deu início aos trabalhos com a discussão do ponto 3.-----

3 - PROPOSTA N.º 4/CM/2019 - PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 1 DE AGOSTO:-----

----- Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que fez uma apresentação conjunta dos dois diplomas em discussão começando por informar que em 30/01, no âmbito do processo de descentralização foram publicados mais 4 diplomas setoriais, dos quais educação e saúde estão em análise e ficarão para momento posterior. -----

----- No que se refere ao Decreto-lei n.º 20/2019, informou que já são realizadas algumas tarefas inerentes a estas competências pelo município, coordenadas pelo veterinário municipal e atenta a análise que fizeram do diploma o município está em condições de vir a receber as competências no domínio de proteção animal e de segurança dos alimentos, sendo para o efeito necessário contratar um novo médico veterinário a tempo parcial.-----

----- No que diz respeito às taxas, tal como expõe no enquadramento que subscreveu, e face à experiência recebida quando deliberaram sobre o primeiro pacote de diplomas setoriais em janeiro, se necessário, virá em abril à assembleia uma revisão ao orçamento, uma vez que os procedimentos para alterar o regulamento já estão em curso. -----

----- Relativamente ao Decreto-lei n.º 22/2019, de 30/01 assinalou que o município ao longo dos tempos tem tido uma experiência interessante com os vários organismos da tutela na área da cultura. Neste caso não há necessidade de contratualizar mais recursos humanos para fazer face ao trabalho que advém das novas competências, mas terão de elaborar um regulamento relativo à utilização de espaços e a captação de imagem e realização de filmagens que envolvam os imóveis e os museus sob sua gestão, uma vez que têm tido muita procura para o efeito. -----

----- Tendo em conta que atualmente as associações e comissões de festas estão isentas das taxas

associadas a espetáculos promovidas por si, deu nota que o executivo deliberou isentar as mesmas das taxas previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01, no que concerne a meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística. -----

----Na área de património cultural do estado, e de acordo com o levantamento que fizeram, pretendem propor a transferência de competências de 8 imóveis que compõem o conjunto patrimonial das Linhas de Torres pertencentes ao estado, tendo em conta o trabalho desenvolvido nas áreas de gestão, valorização e conservação do património. -----

---- Para finalizar disse que ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade pelo Executivo Municipal.-----

----Após esta apresentação, diversos deputados municipais levantaram dúvidas quanto ao alorjar das taxas, e sobre o que estava a ser pedido à assembleia municipal votar, no que se refere às taxas associadas às diversas competências que vão ser transferidas, as quais são referidas nos diplomas e na informação que foi disponibilizada a todos os membros, que foram esclarecidas pelo edil, tendo de seguida o Presidente da Mesa, informado que o órgão deliberativo iria votar o que consta do ofício que remete a deliberação da câmara sobre o diploma e nada mais, ou seja sobre a aceitação das competências em causa.-----

3.1 - PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS - DECRETO-LEI N.º 20/2019, DE 30/01:-----

----Presente ofício número 1066 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 20/02, a informar que na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16/08, que prevê a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi através do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01, concretizada a transferência de competências no domínio da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos e nessa sequência a câmara municipal em reunião de 19/02 deliberou manifestar ter condições para exercer as competências no domínio da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos. -----

---- Feita pelo edil a apresentação conjunta dos dois diplomas, o **presidente da mesa** deu a palavra ao plenário para se pronunciar. -----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o Grupo Municipal do PSD nada tem a opor que a câmara municipal aceite as transferências de competências nesta área, já este ano. -----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira*, pediu a palavra para apresentar a posição do PCP sobre os dois diplomas, que se transcreve:-----

---- **“Posição do PCP sobre transferência de competências:** -----

---- Mantendo a mesma posição sobre a transferência de competências para as autarquias apresentada na Assembleia Municipal realizada no dia 23 de janeiro passado, o PCP reforça mais uma vez os riscos associados a esta legislação (50/2018): -----

----- O inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;-----

----- A preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;-----

----- A exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas; -----

----- O afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.-----

----- O PCP continua a afirmar que, antes de qualquer transferência de competências para as autarquias, há que:-----

----- Proceder ao início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;-----

----- Efetuar a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações ----- ;

----- Encetar um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos; -----

----- Identificar no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, no comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e no pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.-----

----- Os deputados municipais do Partido Comunista Português propõem a não aceitação em 2019 das competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais: -----

----- Decreto-Lei 20/2019, 2019-01-30 — “Proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos”;

----- Decreto-Lei 22/2019, 2019-01-30 — “Cultura”.-----

----- Assembleia Municipal de Torres Vedras, 26 de fevereiro de 2019 -----

----- Os Deputados Municipais: Maria Teresa Oliveira e Paula Mota.” -----

----- O *deputado municipal* **Pedro Castelo** lembrou que é atribuído ao edil, entre outras, a competência de registo e alteração do registo de animais (classe 3 – explorações até 15 cabeças normais de gado bovino ovino caprino, aves, equídeos e coelhos) e registo de detenção caseira de espécies pecuárias questionando como vai ser feita a fiscalização, de toda uma atividade económica que é tão intensa no concelho.-----

----- O **Presidente da Câmara** esclareceu que já fazem a fiscalização nas várias áreas com as equipas camarárias pelo que estão bem capacitados nesta competência. -----

----- O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** assinalou que a câmara já presta bom serviço nesta área de proteção e saúde animal e tem toda capacidade de assegurar as competências transferidas,

que provavelmente fará melhor do que fazem os serviços centrais.-----

---- Lembrou que em 2017, só com a intervenção da câmara municipal foi possível legalizar muitas explorações pecuárias de âmbito familiar, e ficou satisfeito porque a classe 3 irá passar para o domínio da autarquia. -----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* tendo presente que o enquadramento assinado pelo edil e disponibilizado a todos os membros, que refere a necessidade eventual do reforço a nível de recursos humanos, questionou se já há uma avaliação aproximada de que tipo de alterações estão a falar, uma vez que apenas adiantou a necessidade de contratar um novo médico veterinário, ainda assim a tempo parcial. -----

---- Disse que o diploma em apreço também prevê a constituição de uma comissão de acompanhamento, questionando que tipo de comissão se trata. -----

---- Também refere os veterinários oficiais, inquirindo se são para ser contratados pelo município ou só indicados à Direção Geral de Alimentação e Veterinária. -----

---- Na questão da saúde animal, no que se refere aos animais de companhia pensa que o legislador se excedeu no número de animais que pode coabitar a fração não fazendo distinção na tipologia e questionou se o município está habilitado a permitir que seis animais adultos, possam coexistir no mesmo espaço habitacional. -----

---- O **Presidente da Câmara** informou que a comissão de acompanhamento decorre do diploma, onde constam as entidades que fazem parte.-----

---- Informou ainda que o município já tem um protocolo com a DGAV relativamente aos veterinários oficiais que fazem apoio nos matadouros existentes no território e tem capacidade para fiscalizar o número de animais de acompanhamento, tarefa que é feita diariamente em função das especificidades do território. -----

---- A Assembleia Municipal, tendo presente que a câmara municipal, deliberou manifestar ter condições para exercer as competências no domínio da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos, deliberou, por maioria, de 35 votos a favor e 3 votos contra, concordar com a aceitação das referidas competências.-----

---- Anota-se que votaram contra PCP e BE. -----

3.2 – CULTURA - DECRETO-LEI N.º 22/2019, DE 30/01: -----

---- Presente ofício número 1067, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 20/02, a informar que a sequência da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16/02, que prevê a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi através do Decreto-lei n.º 22/2019, de 30/01, concretizada a transferência de competências no domínio da cultura e em sua reunião de 19/02, considerando o trabalho desenvolvido nas áreas da gestão, valorização e conservação do património, nomeadamente no que se refere aos imóveis que compõem o conjunto patrimonial das

Linhas de Torres Vedras, pertencentes ao Estado, deliberou manifestar à Assembleia Municipal ter condições para exercer as competências relativamente a estes imóveis e em conformidade propor ao Governo a transferência das mesmas, visto que não constam do anexo à referida lei. -----

---- Mais deliberou manifestar à Assembleia Municipal ter condições para exercer as demais competências do referido Decreto-lei e tendo em conta que atualmente as associações e comissões de festas estão isentas das taxas associadas a espetáculos promovidas por si, isentar as mesmas das taxas previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01, no que concerne a meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística. -----

---- O *deputado municipal Rui Matoso*, em nome do Bloco de Esquerda, expressou dúvidas se a câmara tem ou não capacidade para assumir as transferências do estado central, a nível museológico. Deu exemplos de proposta de programas eleitorais que não foram cumpridas, e que nunca foram integradas por um Plano Museológico Municipal, que presume que não existe porque também não existe um Plano Estratégico para Cultura. -----

---- Assim, há um conjunto de certezas absolutas, que na realidade não se concretizaram e agora que o município pretende aceitar estas competências, salientou que nestas quatro décadas em que o PS governou não usou das suas competências próprias e de autonomia do poder local para definir as suas políticas locais. -----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que a questão dos museus não se coloca na área do município, mas há uma proposta para a transferência de 8 imóveis das Linhas de Torres para a alçada do município, questionando o que se pretende e qual é o ganho. -----

---- Referiu-se à informação da área jurídica disponibilizada, onde refere que os trabalhadores continuam a beneficiar do regime da ADSE, refere ainda que os encargos relativos às despesas com a ADSE e SNS dos trabalhadores a transitar para os mapas de pessoal das câmaras municipais, são da responsabilidade da administração central, solicitando esclarecimentos. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* assinalou a importância da autarquia assumir este conjunto de imóveis referentes às Linhas de Torres e que são legado das guerras napoleónicas, lembrando que dentro do concelho existiam 37 obras militares. -----

---- Questionou se o Forte da Forca é particular, ou do estado, se todo o património que vai ser transferido para a autarquia é do estado e se a autarquia está interessada na aquisição de fortes e redutos que estejam na posse de particulares, qual o plano da autarquia quanto às Linhas de Torres e ainda o que tem sido feito nos últimos anos para promover este legado. -----

---- O *deputado municipal Nuno Henriques* aludindo à deliberação do executivo para isentar as associações e comissões, das taxas previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01, no que concerne a meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística, matéria que era competência do IGAC que é transferida agora e na qual existiam muitas lacunas, alertou para o facto

de se ter cuidado, uma vez que há associações que se formam só para beneficiarem de isenções.

----- Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos.-----

----- O Edil começou pela questão sobre a ADSE, explicando que é uma possibilidade consagrada na lei e significa que os trabalhadores que transitam para os mapas de pessoal da CMTV não perdem o direito aos benefícios.-----

----- No tocante ao conjunto patrimonial das Linhas de Torres fez notar que é importante que este ativo existente no território que é património do estado, venha à posse da câmara, que lhes facilita um conjunto de procedimentos e gestão mais eficaz.-----

----- Deu nota ainda que no âmbito da promoção da Rota Histórica das Linhas de Torres, da qual também fazem parte os municípios de Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Loures e Mafra, tem sido feito um processo importante para obter a classificação das linhas como monumento nacional e a par têm feito investimento significativo na requalificação da rede de fortes existentes nestes 6 territórios, no sentido de criar centros interpretativos em cada um dos municípios.-----

----- Deu nota ainda que no dia 2 de março irão inaugurar mais um centro interpretativo, em Mafra, e que nesta fase estão também a começar a promoção turística interna e externa.-----

----- Igualmente informou que o Forte da Forca é propriedade da câmara municipal, há cerca de oito anos.-----

----- No que se refere ao conjunto de redutos e fortes de índole privado, os mesmos estão catalogados e terão que ser analisados para os serviços aferirem o interesse de quais a adquirir. --

----- Agradeceu o alerta do deputado municipal Nuno Henriques, mas fez notar enquanto município e em serviço de proximidade, têm uma noção real da massa associativa e da atividade que é desenvolvida no território, comparativamente com a administração central.-----

----- A Assembleia Municipal, tendo presente que a câmara municipal, considerando o trabalho desenvolvido nas áreas da gestão, valorização e conservação do património, nomeadamente no que se refere aos imóveis que compõem o conjunto patrimonial das Linhas de Torres Vedras, pertencentes ao Estado, deliberou manifestar à Assembleia Municipal ter condições para exercer as competências relativamente a estes imóveis e em conformidade propor ao Governo a transferência das mesmas, visto que não constam do anexo à referida lei e deliberou ainda ter condições para exercer as demais competências do referido Decreto-lei e tendo em conta que atualmente as associações e comissões de festas estão isentas das taxas associadas a espetáculos promovidas por si, isentar as mesmas das taxas previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01, no que concerne a meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística, deliberou, por maioria de 35 votos a favor e 3 votos contra, concordar com a aceitação das referidas competências.-----

----- Anota-se que votaram contra PCP e BE. -----

4 – PROPOSTA N.º 9/AM/2019 - RELATÓRIO DA COMISSÃO EVENTUAL PARA O ENSINO SUPERIOR EM TORRES VEDRAS: -----

----- Presente relatório em título elaborado pela comissão em título, a qual foi constituída por deliberação do órgão deliberativo em 20 de junho do ano findo, datado de 19 de fevereiro.-----

----- O **Presidente da Mesa** deu a palavra à coordenadora da comissão.-----

----- A *deputada municipal Maria Leonor Marinheiro* começou por fazer o enquadramento dos resultados do percurso efetuado pela comissão, cujo relatório em análise faz a caracterização em várias dimensões, dos alunos residentes em Torres Vedras e que frequentam o ensino superior.---

----- Assim assinalou que não obstante a evolução registada nos últimos anos assistiram à deslocação de alunos por falta de alternativas de resposta local, para o qual nem todos têm tido igual oportunidades motivado muitas vezes pelas despesas das famílias, para suportar o pagamento da universidade dos filhos, as quais, atualmente, tornam-se mais elevadas, sobretudo no caso dos estudantes deslocados para Lisboa e Porto, onde o preço do alojamento aumentou nos últimos anos.

----- Saliu o aumento substancial do número de alunos inscritos no ensino superior e residentes em Torres Vedras, entre 2012/18, cujo máximo se situa no último ano letivo com 2042 alunos inscritos, distribuídos pela área metropolitana de Lisboa, seguida pela região Centro e Alentejo e em termos de concelho com destaque para Lisboa seguido por Leiria e preferência pelo ensino público em comparação com o privado. -----

----- Relevou o grande crescimento dos Cursos Técnicos Superiores Especializados (TESP), sendo o ciclo de estudos preferencial a licenciatura no 1.º ciclo, seguido do Mestrado Integrado muito próximo do Mestrado no 2.º ciclo e que nos cursos mais escolhidos por ano, nas três primeiras escolhas, varia entre o curso de Direito, Medicina e Gestão, todas as opções em Lisboa e em estabelecimentos de ensino público. -----

----- A constante presença de cursos direcionados para as áreas da Saúde, como a Ciência Farmacêutica e Enfermagem marcam destaque. O curso com maior procura é o de Medicina em Lisboa, em Mestrado Integrado, com uma média de 30 alunos inscritos por ano, o que se conclui que a cada 5/6 anos só em Lisboa se formam 30 jovens médicos, estando em 2.º lugar o curso de enfermagem. -----

----- Na perspetiva da comissão, o investimento no ensino superior nesta área de formação pode responder às expectativas individuais dos estudantes, abrindo janelas de oportunidades no mercado de emprego e nos objetivos de desenvolvimento.-----

----- Deu nota que numa ótica de continuidade de diagnóstico aguardam resposta a um questionário enviado a sociedades com sede em Torres Vedras com mais de 50 funcionários, para levantamento das necessidades formativas dos quadros, mas que não tem sido fácil obter e para o qual irão definir

uma estratégia alternativa. -----

----- Em termos de resultados salientou a informação prestada pelo Núcleo de Formação do IPL em Torres Vedras que regista um significativo aumento dos alunos inscritos, sendo em 2017/18 de 42 alunos e no presente ano letivo de 102 alunos, perspetivando para o próximo ano letivo novas ofertas de Cursos (TESP), no entanto continua a não registar ofertas de licenciaturas. -----

----- Agradeceu ao Coordenador do Núcleo do IPL em TV, Dr. Roberto Gamboa e ao Dr. Jorge Dias a disponibilidade e colaboração com a Comissão. -----

----- Relevou a participação de todos os elementos da comissão pela partilha, envolvimento, interesse e reflexão que todos juntos num clima sereno e de trabalho, em especial do colega Rui Lopes pelo tratamento estatístico dos dados recolhidos, que permitem uma análise fidedigna dos mesmos. -----

----- Por último deu nota que teve conhecimento de que o governo, visa duplicar em 10 anos a oferta de alojamento para estudantes, e avançou hoje com a publicação de um decreto-lei que envolve o estado, autarquias e universidades e que inclui numa primeira fase a construção, reabilitação e requalificação de mais de 250 imóveis no país e abrange mais de 7.500 camas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. -----

----- Finalizando, reforçou que é fundamental continuar a apostar em propostas destinadas a melhorar, alargar e aprofundar o ensino superior no concelho, que será ainda com melhor qualidade de vida, onde a fixação da população se possa fazer sentir de forma mais incisiva e com a possibilidade de um maior dinamismo económico. -----

----- O **Presidente da Mesa** questionou se o diagnóstico às necessidades de formação, que se revelou difícil de obter, é o próximo desafio da comissão. -----

----- A *deputada municipal Leonor Marinheiro* confirmou que é uma grande dificuldade, porque as empresas não estão a responder aos inquéritos que foram enviados. No entanto a comissão sente que este diagnóstico é importante e não vão deixar cair esta fase de trabalho. -----

----- O *deputado municipal António Carneiro* deu nota de estatística que foi veiculada pelo Jornal Expresso sobre os profissionais de enfermagem na Europa, exemplificando com o facto de Portugal ter 673/100 mil habitantes contra 2100/100 na Noruega, para alertar que é inevitável que o país tenha que dar impulso à formação nesta área, sendo uma janela de oportunidade que se coloca a Torres Vedras. -----

----- Quanto ao futuro defendeu ser evidente que têm que conseguir fixar formação na área da gestão agrícola e trazer para a produção agroalimentar a nova geração. -----

----- Relativamente ao relatório, e no que se refere à estatística dos alunos do concelho que optam por Leiria para o ensino superior, fez notar que se deve ao facto de não terem alternativa para a gestão hoteleira e Peniche que já é distrito de Leiria, ter. -----

----- Disse ainda que não considera que a questão do alojamento para alunos de Torres Vedras seja o mais importante para estudar em Lisboa, devido à rede de transportes existente, mas têm que criar condições para que tenham passes mais acessíveis. O que importa é fixar aqui o que não haja em Lisboa. -----

----- Fez notar que a alternativa dos alunos de Torres Vedras para fazer agricultura é Santarém e quando vê a dimensão do politécnico de Tomar, questiona-se a razão de Torres Vedras não conseguir fixar um politécnico que forme novos agricultores. -----

----- A *deputado municipal* **Marta Geraudes** salientou o trabalho da coordenadora da comissão e lembrou que foi a bancada do PSD que trouxe ao plenário uma moção sobre este tema de relevo para o concelho e para os jovens. -----

----- Salientou também os colegas de todas as bancadas, que de uma forma serena e participativa têm discutido e analisado os dados recolhidos, que lhes permite trabalhar objetivamente. -----

----- Salientou ainda a reunião que tiveram com o coordenador do núcleo da IPL em Torres Vedras, Dr. Roberto Gamboa, que lhes permitiu ter conhecimento do trabalho que está a ser feito no LabCenter a nível do número de alunos, condições e procura de cursos. -----

----- Anotou que têm que ter em conta, por um lado os jovens qualificados pelo ensino superior e que não conseguem arranjar trabalho na sua área e por outro as empresas que necessitam de profissionais qualificados, onde podem desenvolver trabalho para a fixação de um politécnico ou instituto superior para a região. -----

----- Deu nota que lhes foi transmitido como áreas ancoras, a robótica, que vai ter bastante crescimento de futuro e para a qual não há nenhum politécnico no país e a saúde pelas condições que existem em Torres Vedras para receber algo nesta área. -----

----- Assinalou que o diagnóstico está feito e que também concorda que é importante que as empresas respondam aos inquéritos, para terem dados concretos da oferta e da procura no concelho, de modo a que quando apresentarem uma proposta à autarquia, a mesma tenha sustentabilidade. -----

----- O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** disse que a comissão tem estado a trabalhar com afinco e a colega Leonor Marinheiro está de parabéns. -----

----- Deu nota que o número de alunos de Torres Vedras inscritos no ensino superior tem vindo a crescer sustentadamente, o que é um bom indicador e os faz tomar consciência de que a cidade e o concelho carecem de ensino superior pois faz muita falta ensino superior de qualidade no município de Torres Vedras e se dúvidas houvesse basta olhar para o município de Peniche e para as Caldas da Rainha, para onde exportam cerca de 100 alunos, que fazem cá muita falta. Criariam cá riqueza, seria uma forma de renovar gerações e de estabilizar emprego etc. -----

----- Como esperança, têm o Campus da Saúde e a notícia de que o Polo de Leiria (IPL), tem vindo

a consolidar paulatinamente a sua intervenção no concelho. Seria bom que pudessem atrair outras entidades ou construir uma de raiz.-----

----- Tendo presente a intervenção do colega António Carneiro, o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* convidou-o a visitar a Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, para ter noção que tem cerca de 350 alunos, num conjunto de cursos que vão até ao ensino superior, e onde foram lecionados os primeiros TESP oficiais em parceria com a Escola Superior Agrária de Santarém e não no Polo do IPL.-----

----- Não crê que o Polo do IPL seja especialmente vocacionado para a área agrícola, tanto mais que é no curso de indústrias alimentares que têm mais dificuldade de atrair alunos e na primeira fase de candidaturas tiveram zero de alunos colocados. Este instituto tem mais a ver com o mar e com o turismo.-----

----- Considera problemático o facto de muitas das empresas torrienses quererem trabalhadores indiferenciados, e o que querem para o concelho é alunos universitários.-----

----- Mais do que a agricultura é a saúde que leva mais alunos para fora do concelho.-----

----- O *deputado municipal António Carneiro* aproveitou para felicitar o grupo de trabalho que não fez na sua intervenção anterior.-----

----- Em relação à intervenção que o antecedeu fez notar que estão a apreciar o relatório da comissão para o ensino superior e não tem que ser conhecedor dessa matéria, mas sabe o excelente trabalho que é feito na escola agrícola e uma vez que estão à procura de caminhos para o ensino superior, estava apenas a dar pistas.-----

----- A *deputada municipal Rita Sammer* saudou o relatório em apreço e solicitou esclarecimento adicional sobre o conceito pensado para o Campus de Saúde.-----

----- Referiu também que existe uma rede local de educação e formação em Torres Vedras que já procurou fazer um levantamento das necessidades de formação e seria útil para a comissão estabelecer contacto com a Vereadora da Educação.-----

----- O *deputado municipal Nuno Henriques* interveio para dar os parabéns à comissão e para dar nota que nesta matéria também é necessário ouvir os estudantes. Assim deu a conhecer ao plenário que no dia 9 de fevereiro numa conferência, teve oportunidade de falar com alguns representantes de associações de estudantes do concelho, sobre a possibilidade de ter ensino superior no concelho de Torres Vedras, tendo a resposta sido se for bom sim, se não preferem Lisboa, Coimbra etc.-----

----- O *Presidente da Câmara* fez notar que neste mandato autárquico colocaram esta temática na agenda e começam agora a obter dados para consolidar a visão estratégica que têm para o território, mas não podem esquecer que estão a meia hora de Lisboa, e que face a esta proximidade Torres Vedras, ao longo dos tempos, sempre teve dificuldade de captar ensino superior.-----

----- Assim nesse sentido, têm vindo a dar alguns passos dando nota que, para além da parceria

com o IPL, também existe em Torres Vedras o ISCTE, que leciona para além dos TESP, pós-graduações para os ativos das empresas em “Wine business” justamente para capacitar os profissionais da área do “Vinho e Vinhas” e cujas vagas foram preenchidas de imediato.-----

----- Os dados do relatório em análise vêm reforçar alguns que já tinha, pois já encetaram diálogo com o IPL, nomeadamente na área da saúde, no sentido de ter formação superior em Torres Vedras.

----- Deu nota ainda, que em função da descentralização, há a possibilidade de ficarem na posse do hospital José Maria Antunes Júnior, que pretendem que fique afeto à área da saúde, para o qual já encetou contactos com diversas entidades nesta área e com instituições do ensino superior de investigação nacionais e internacionais, com vista à criação de um Campus das Ciências e da Saúde. -----

----- Pretendem ter assim um polo adequado à saúde, em modelo de ecossistema em função de diversas especialidades, sendo um projeto ambicioso e inovador que vai de encontro onde Torres Vedras se quer posicionar em termos de saúde. -----

----- Também considera que a vertente agrícola é muito importante para o concelho, e por isso com o ativo da Escola Fernando Barros Leal, vão começar a desenvolver a Associação SMART FARM COLAB – Laboratório Colaborativo para a Inovação Digital na Agricultura. -----

----- Estão perante grandes desafios para o futuro e para que Torres Vedras se posicione como território referência na área agroalimentar e na saúde. -----

----- Deu nota ainda que no mapeamento que foi feito sobre oferta de alojamento nacional para estudantes, Torres Vedras vai ter dois edifícios no Centro Histórico no âmbito deste programa, e que irá também contribuir para revitalização em curso, tratando-se de imóveis situados na Rua Trás do Açougue e na Travessa Luís Cardoso. -----

----- Por último agradeceu o trabalho, assegurando que a disponibilidade da autarquia trabalhar com a comissão eventual para o ensino superior em Torres Vedras é total. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 – PROPOSTA N.º 5/CM/2019 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DO CENTRO HISTÓRICO:-----

----- Presente ofício número 1068 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 20/02, a remeter o relatório sobre as ações desenvolvidas no centro histórico de Torres Vedras com o objetivo da sua regeneração e revitalização, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 19/02.

----- O **Presidente da Câmara** disse que a elaboração deste o relatório, faz jus ao assumido pela câmara municipal e é um ponto de partida, que pode ser atualizado anualmente, vendo a evolução em função das especificidades do centro histórico.-----

----- Deu nota que, de acordo com a calendarização, os compromissos assumidos com a assembleia municipal têm vindo a ser cumpridos referindo que o Conselho Consultivo para a Dinamização do

Centro Histórico também já teve a sua primeira reunião e reunirá novamente no próximo dia 2 de março.-----

-----Deu nota ainda que tem sido um trabalho assente em modelos participativos como já foi mencionado na reunião do dia anterior e alicerçado nos instrumentos de planeamento em vigor no município, nomeadamente o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, que foi aprovado pelos órgãos executivo e deliberativo do município.-----

-----Deixou uma palavra de apreço ao Arq.º Jorge Martins, diretor de departamento da área de estratégia, que lidera uma equipa multidisciplinar, que elaborou um conjunto de dados que disponibilizaram à assembleia municipal, estatisticamente importantes para entender a evolução do centro histórico, suas potencialidades e fragilidades, necessários para encontrarem pontos de convergência na melhoria daqueles que ali habitam e trabalham.-----

-----Disse ainda que não há uma varinha de condão que lhes diga qual a melhor solução, mas com uma visão evolutiva, vão fazendo experiências, no sentido de melhorar se necessário.-----

-----Relativamente aos documentos disponibilizados sobre este assunto a *deputada municipal Rita Sammer* começou por dizer que há informação repetida, tornando-a difícil de analisar. Globalmente realçou o trabalho feito, mas era expetável que a conclusão factual fosse só uma, uma vez que verificou algumas contradições num relatório que era esperado com alguma expetativa, tendo em conta a questão do encerramento do trânsito.-----

-----Reportando-se à conclusão do aditamento, que alude ao facto de “estarem perante uma medida eficaz que é aparentemente verificada pela redução do número de imóveis devolutos e pela redução do número de estabelecimentos comerciais vagos”, no relatório é chamada atenção que em 2018 foram considerados menos espaços, 28 espaços ocupados pelo LabCenter e há espaços comerciais que passaram para habitação, não percebendo o que evoluiu efetivamente, em termos de espaços comerciais ocupados.-----

-----Fez notar também que a conclusão apresentada diz que dinâmica cresce, mas não há dados factuais a sustentar esta informação, o mesmo acontece quanto à conclusão que há uma redução muito ligeira, entre 2014 e a atualidade no que se refere aos prédios devolutos, degradados e em ruínas.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* começou por afirmar que a decisão de encerrar o Largo de S. Pedro ao trânsito é política, deste presidente e deste executivo e não técnica.-----

-----Continuou assinalando que o relatório em discussão foi pedido para sustentar uma decisão, que classifica como a pior decisão que o executivo já tomou desde que iniciou em funções e o edil já se convenceu disse mesmo. Está a matar a cidade, o comércio, e centro histórico desde que isso aconteceu é um deserto, não há pessoas durante o dia e à noite ainda pior, o TUT passa diariamente só com o motorista, a mobilidade é péssima, os lugares de estacionamento não servem e está a

mandar as pessoas para as grandes superfícies das extremidades da cidade. -----

---- Relativamente ao relatório, e segundo parece a medida que tomou é tão virtuosa, disse não perceber a razão de os comerciantes estarem tão contra, com exceção dos quatro que parece continuar a ouvir. -----

---- Quanto à referencia ao aumento das casas ocupadas no centro histórico, disse ser natural, devido à falta de casas que existe, o que também acontece no resto da cidade e não tem nada a ver com a procura de habitação ou de comercio no centro histórico. É exatamente no sentido oposto à decisão que tomou. -----

---- Concluiu dizendo que se a associação de comerciantes tivesse outra postura e eventualmente outra união, já estavam a demandar o edil e o município na justiça, pois o que fez é muito grave --

---- O *deputado municipal Rui Matoso* parabenizou ironicamente o executivo municipal pois parece que não há aspetos negativos neste relatório e que vivem numa espécie de paraíso. -----

---- Lembrou que neste plenário já foi abordada a falta de segurança e a ocorrência de alguns crimes graves e acha estranho o relatório não referir isso e não apontar soluções. -----

---- Questionou se o Conselho Consultivo já tem um plano operacional e fez notar que a ACIRO já existe há cem anos e nunca viu nenhuma proposta de revitalização do centro histórico. -----

---- Por último, referiu-se à “dinamização – atividades” que constam da página 9 do relatório, onde diz que “a câmara realiza várias iniciativas para a população”, o que não entende. O espaço público tem que ser devolvido aos cidadãos e à iniciativa de artistas e agentes culturais de forma livre e facilitada. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* começou por indicar que o edil o chocou, ao dizer que fazia experiências, quando não se tem em conta a vida das pessoas, que pode vir a ser mudada com uma medida resultante de uma decisão meramente politica. -----

---- O relatório em apreço, que para ele é um levantamento, só seria relatório tivessem feito parte da sua elaboração um arquiteto, um engenheiro civil e um urbanista, o que não lhe parece que foi o caso, é no fundo uma encomenda para justificar uma decisão política. -----

---- Reportou-se à conclusão do aditamento ao relatório, página 7 que refere que “estaremos perante uma medida eficaz, que é aparentemente verificada pela redução a que temos assistido do número de imóveis devolutos e pela redução do número de estabelecimentos comerciais vagos”, para fazer notar que também podia argumentar que a redução do tráfego automóvel poderá afetar negativamente o pouco comércio ainda existente. -----

---- Foi dada a palavra ao *Presidente da Câmara*, que assinalou ter acabado de ouvir um conjunto de inverdades, quando foram disponibilizados aos membros da assembleia todos os dados da atividade do centro histórico para poderem trabalhar. -----

---- Especificou que o Centro Histórico não se limita a uma decisão politica da câmara municipal e

tem que ser visto como um todo. Está em vigor um plano de salvaguarda que foi aprovado pela câmara municipal e pela assembleia municipal. O executivo municipal e o presidente da câmara não fizeram mais do implementar esse plano estratégico, que é a sua obrigação. São medidas setoriais e estão bem dimensionadas com os dados que constam do relatório que foi disponibilizado. -----

----- A partir de agora têm que fazer a monitorização anualmente, assinalando que foram cerca de 15 técnicos que contribuíram para a recolha destes dados, sendo certo que têm que melhorar e têm que fazer experiências. -----

----- Acrescentou que uma dessas experiências positivas foi o LabCenter que está localizado no espaço do antigo Serpa Pinto Plaza, por onde, no último ano, já passaram mais de 30 mil pessoas.

----- Acima de tudo o relatório espelha, nas várias dimensões toda a atividade do centro histórico e não há nada que se faça que não esteja plasmado no documento, sendo este o ponto de partida.

----- Concluiu manifestando o seu orgulho pela abertura do Posto de Turismo, no edifício dos Paços do Concelho, Centro Municipal da Juventude – Espaço Primavera, espaço de apoio ao serviço educativo, Centro de Interpretação da Comunidade Judaica no Pátio da Josefa e o LabCenter, e trazer a biblioteca para o centro histórico, feito conseguido por si e pela sua equipa em 3 anos.-----

----- Em resposta o *deputado municipal **Pedro Castelo*** disse que o edil não fez mais do que a sua obrigação e foi para isso que foi eleito. No entanto lembrou que a questão principal que estão a discutir é a alteração profunda na vida de torrienses que se sentem afetados e protestam contra o encerramento consecutivo de artérias da cidade ao trânsito. Primeiro no Largo de S. Pedro e agora, brevemente, em frente à Igreja da Graça, pelo que o Presidente não pode comparar o que não é comparável.-----

----- O *deputado municipal **Paulo Valentim*** fez notar que de facto deixaram de poder estacionar em frente à Igreja de São Pedro, que já era proibido, mas continuam a ter acesso ao estacionamento de Santiago, ao do Mercado Municipal e da rua Tenente Valadim e ao que existe nas antigas instalações do Sporting de Torres Vedras, parecendo-lhe uma falácia dizer que ao tirar o trânsito do largo de S. Pedro estão a matar o comércio tradicional. Certas lojas continuam com clientes e têm que ver os dados. -----

----- A *deputada municipal **Rita Sammer***, relativamente à questão do encerramento ser uma boa ou má medida disse que ainda se pronunciou uma vez que essa avaliação primeiro teria que ser feita pelo executivo. -----

----- Os relatórios têm que os ajudar a formar uma opinião, mas o aditamento ao relatório não os ajuda. Foi submetido a este plenário corroborando a decisão, mas os dados com que se baseia para fundamentar a decisão estão contraditados nos documentos que também lhes disponibilizaram. ---

----- Também lamenta que não haja matéria do Conselho Consultivo que permitisse esta assembleia tomar uma decisão.-----

----- O *deputado municipal Artur Narciso* lembrou que antes do encerramento do transito no Largo de S. Pedro também não se podia parar o carro. Agora o comércio teve que se reinventar, dando os parabéns aos comerciantes que têm a porta aberta e têm conseguido responder às necessidades do mercado e dos clientes.-----

----- No seu entender é uma não questão e devem apontar soluções e não levantar problemas.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório do Centro Histórico.-----

----- Nesta altura o **Presidente da Mesa** propôs alterações à ordem do agendamento, de acordo com sua a importância em termos de prazos, na eventualidade de não conseguirem terminar os trabalhos, que teve a anuência de todos os presentes.-----

14 - PROPOSTA N.º 14/CM/2019 - RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO DE USO - QUINTA NOVA DO HESPANHOL – UNIÃO DE FREGUESIAS DE DOIS PORTOS E RUNA, REQUERIDA POR PEACHES AND ROSES, LDA – PROCESSO VU/2/2018, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA D) DO N.º 2, DO ART.º 130.º DO PDM EM VIGOR;-----

----- Presente ofício número 1072 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 20/02, a remeter o processo em título, tendo presente que em 19/02 deliberou por unanimidade, considerar de interesse municipal a alteração de uso de parte das edificações da Quinta Nova do Hespagnol para um estabelecimento de restauração e animação, com os fundamentos constantes do parecer técnico de 31/01.-----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* declarou que o CDS-PP defende a iniciativa privada e saudam que este promotor queira requalificar e melhorar o espaço em causa, para trazer mais emprego para o concelho, mais dinamismo.-----

----- Questionou se o edifício em causa está classificado pelo IGESPAR, e se assim for, se a autarquia tem competências para promover esta declaração e qual a razão de ser necessário o interessa municipal, se no âmbito da alteração de uso não haverão obras sujeitas a licenciamento.

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* deu nota que o espaço cujo uso vai ser alterado tem uma área considerável e tudo o que seja investimento para o bem do concelho tem o apoio do TnL.-----

----- Parece-lhe que o promotor estará a apostar no mesmo mercado, mas a nível internacional e poderá ser uma mais valia para o concelho e particularmente para a freguesia onde está localizado.

----- Para terminar leu o ponto 2.3 do parecer técnico “caso a câmara declare o IM, assembleia municipal terá que ratificá-lo”.-----

----- O *deputado municipal Jacinto Leandro* disse que nos termos do PDMTV e segundo o parecer técnico, estão preenchidos os requisitos, a localização é ótima para este tipo de atividade e é de facto do interesse do município e bom para Torres Vedras que estes tipos de empreendimentos existam com qualidade, que os diferencie para atrair cidadãos portugueses e estrangeiros.-----

----- Quanto ao ponto 2.3 fez notar que a declaração de interesse municipal do executivo municipal só é válida se a assembleia municipal a ratificar. -----

----- Tendo sido levantadas dúvidas quanto ao facto de o parecer técnico mencionar quinta velha e quinta nova, o **Presidente da Câmara** esclareceu que foi por lapso. A Quinta do Hespagnol é composto por duas quintas, a Quinta Velha que tem um processo de classificação do património, e a Quinta Nova, para a qual foi pedido de declaração de interesse municipal de alteração de utilização e está a ser pedido à Assembleia para ratificar. -----

----- A *deputado municipal Rita Sammer* disse que durante 8 anos em que foi vereadora sempre foi muito crítica quanto à figura de interesse municipal, sendo preciso que este investimento corresponda a um investimento estratégico para o município. -----

----- Assim interroga-se como está cumprido este requisito, uma vez que do ponto de vista do investimento privado gera-se uma desvantagem competitiva. -----

----- Questionou ainda que benefícios ganham estes promotores a quem são dadas declarações de interesse municipal. -----

----- O *deputado municipal Vale Paulos* disse ter achado estanha a intervenção anterior, mas louvou a intervenção do CDS-PP que defende a promoção do investimento, ainda para mais numa freguesia do interior do concelho. O PSD deveria abraçar este tipo de investimento que está perfeitamente justificado com aumento de postos de trabalho e que visa a ter ali um grande empreendimento turístico. -----

----- O **Presidente da Câmara**, esclareceu que à luz do PDM, a câmara tem que ter um conjunto de motivos para aprovar a declaração de interesse municipal, sendo este unicamente para alteração do uso, necessária para poder operar no âmbito desta atividade económica. -----

----- Entendeu o executivo municipal que o requerente justificou técnico e economicamente o projeto e a sua importância estratégica para o município, que requalifica e preserva o património desta quinta que há muito se encontrava desabitada e degradada, visa um espaço único e diferenciador não só para o mercado nacional como internacional, e ainda porque este tipo de turismo contribuiu positivamente para a atividade turística do município e promove a fixação de empregos para a população local. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 32 votos a favor e 3 abstenções, ratificar a declaração de interesse municipal para alteração de uso - Quinta Nova do Hespagnol – União de Freguesias de Dois Portos e Runa, requerida por Peaches and Roses, Lda – Processo VU/2/2018, em cumprimento da alínea d) do n.º 2, do art.º 130.º do PDM em vigor. -----

----- Anota-se que se abstiveram, Rui Matoso, Dina Almeida e Nuno Henriques e que estavam ausentes da sala António Carneiro, Rui Prudêncio e João Tomaz. -----

12 – PROPOSTA N.º 12/CM/2019 - RENOVAÇÃO DO CONTRATO – PROGRAMA PARA A

GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO ESTACIONAMENTO CELEBRADO COM A PROMOTORRES E.M., EM CUMPRIMENTO DO N.º 5, DO ART.º 47.º, DA LEI N.º 50/2012 DE 31.08: -----

----- Presente ofício número 1071, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/02 a remeter a proposta de contrato em título, tendo presente a competência do órgão deliberativo nesta matéria.

----- O **Presidente da Câmara** começou por dizer que tiveram uma experiência de 5 anos nesta área e foi entendimento do executivo de renovar o contrato-programa com a empresa municipal Promotores. Lembrou que o município já aceitou a transferência de competências que irá abranger esta matéria e que através deste contrato vão fazer alguns reajustamentos em função das mesmas.

----- Iniciou a discussão deste assunto a deputada municipal **Marta Gerales**, para questionar sobre a previsão do acréscimo de despesa de 2018 para 2019, que consta da tabela de demonstração de resultados. Esta demonstração de resultados, para 2018 é feita por áreas, mas a previsão para 2019/2024 tem rubricas específicas o que não é comparável e não permite uma análise correta. ---

----- Ainda sobre a demonstração de resultados de 2018 o *deputado municipal* **Pedro Castelo** fez notar que não consta o estacionamento do mercado municipal, tendo o edil respondido de imediato que não consta porque tem contrato específico que está em vigor. -----

----- O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** reforçando a intervenção da colega de bancada, manifestou a sua dificuldade em analisar a informação disponibilizada, solicitando mais rigor. -----

----- O *deputado municipal* **João Pedro Gomes** disse que foram 5 anos de má experiência que resultaram do protocolo anterior com a Promotorres, que está descaracterizada e se quer que seja tudo e não presta nenhum serviço como deve ser. -----

----- Disse ser evidente que presta um mau serviço à população, pelo que o voto do CDS-PP só pode ser contra. -----

----- O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** assinalou que estão distribuídos pela cidade 25 parcometros, dotados com um sistema de pagamento por cartões multibanco e visa, que julga nunca terem funcionado e não funcionam aos dias de hoje. Pensa que esta valência encarece cada uma das máquinas entre 800 e 1000 euros, cerca de 20 a 25 mil euros à autarquia, e questionou se este assunto já foi devidamente analisado. -----

----- Questionou ainda quantos são os funcionários da Promotorres afetos à mobilidade e desses quantos estão afetos à fiscalização, porque pelos dados disponibilizados lhe parece que esta valência não auferre receita para se sustentar a ela própria, que se assim for é muito grave. -----

----- O *deputado municipal* **Jacinto Leandro** lembrou que o ponto em análise é para tomar posição sobre a minuta do contrato-programa para gestão do estacionamento. Todas as perguntas são legítimas, mas esta foi a solução que o executivo encontrou para gerir esta matéria, tendo também já em vista as novas transferências que foram aceites. -----

----- A *deputada municipal* **Marta Gerales** disse que a bancada do PSD não é contra. Apenas foi

feita uma questão sobre o conteúdo e os valores que foram disponibilizados. -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* reportou-se ao contrato ainda em vigor que foi assinado em julho de 2013, cujo clausulado se mantém, questionando se após 5 anos de contrato não haveria nada a afinar tendo em conta o aludido “modelo evolutivo” de estacionamento e de mobilidade. ----

----- O **Presidente da Câmara** fez notar que o documento que estão a analisar é a renovação do contrato-programa, mantendo o clausulado anterior e de acordo com a legislação em vigor, por mais 5 anos. Através deste contrato-programa a câmara municipal delega na Promotores a fiscalização do cumprimento das normas do Código da Estrada, nas vias municipais em matéria de estacionamento e trânsito, gestão de estacionamento e do sistema das agostinhas. -----

----- Anotou que esta renovação resulta da análise económica financeira realizada nos últimos 5 anos e da análise dos indicadores de eficácia e eficiência previstos no contrato anterior.-----

----- Quanto aos valores previsionais evocados esclareceu que a empresa vai trabalhar no sentido de reforçar o investimento na área da mobilidade a nível da sinalética vertical e horizontal, pinturas de passadeiras. -----

----- Relativamente aos recursos humanos, que geralmente são escassos para toda a atividade, a equipa da mobilidade é gerida de acordo com as necessidades dentro da própria empresa, sendo exemplo disso o Carnaval que mobiliza toda a equipa da mobilidade.-----

----- Saliu ainda que todos os dados estão bem plasmados num relatório bem concebido, suportado num conjunto de documentação que foi disponibilizada aos membros e serviu de base ao anterior contrato e que ajudam a perceber as dúvidas. O executivo municipal entendeu que este contrato deverá ser feito desta forma, sendo o que submetem ao órgão deliberativo.-----

----- Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 32 votos a favor, 2 votos contra e 2 abstenções, aprovar a renovação do contrato – programa para a gestão e exploração do estacionamento celebrado com a Promotorres E.M., em cumprimento do n.º 5, do art.º 47.º, da Lei n.º 50/2012 de 31.08.-----

----- Anota-se que votaram contra CDS-PP e abstiveram-se BE e TnL. -----

11 - PROPOSTA N.º 10/CM/2019 – AUTORIZAÇÃO PARA A CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DE SÃO JOÃO E SÃO MIGUEL À FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATACÃES: -----

----- Presente ofício número 546, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4/02, a remeter, de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 29/01/2019, e tendo presente a competência da assembleia municipal prevista na alínea i), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, minuta do auto de cedência da utilização dos cemitérios municipais de São João e São Miguel à Freguesia de Santa Maria, São Pedro e

Matacões, por um período de 50 anos, tendo em conta que o valor tributário dos prédios é de € 165.362,40, no caso do cemitério de São Miguel e de € 1.175.250,00, no caso do cemitério de São João.-----

----O **Presidente da Câmara** informou que se trata de formalizar a cedência da utilização dos cemitérios em causa, fruto do trabalho de descentralização que tem vindo a ser desenvolvido com as juntas de freguesia. -----

----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o PSD nada tem a opor, mas lembrou que a construção de um crematório no cemitério de S. Miguel é uma promessa do PS de 2009, tendo o edil dito em 2017 que estavam a fazer um estudo económico/financeiro para depois lançar um concurso público em 2018, e que seria concessionado a um privado para exploração, questionando qual atual posicionamento da autarquia nesta matéria e como se compagina com o protocolo de cedência que estão a aprovar. -----

----Como é algo que pode demorar algum tempo sugeriu que talvez faça sentido criar nos cemitérios existentes, locais próprios para a colocação dos potes de cinzas, que já ajudava bastante a quem tem que o fazer fora do concelho. -----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* reportou-se à clausula 5.º da minuta, questionando que parcelas poderão ser objeto de autorização/concessão ou arrendamento de frações autónomas dos imóveis. -----

----De seguida congratulou-se com a transferência de competências nesta área. -----

----No que se refere ao cemitério de S. Miguel e agora que a freguesia vai tomar conta do espaço, convidou a freguesia a ajustar o horário de funcionamento, pois não lhe parece ser o mais adequado uma vez que funciona das 8.30h às 16.30h e também melhorar os acessos, até com a construção de um passeio lateral.-----

----No que concerne ao crematório o **Presidente da Câmara** disse que têm vindo a fazer esse trabalho, dialogando com a junta para que no futuro o possam vir a construir. Esta pretensão tem que ser suportada em dados regionais, mas continua em cima da mesa, e vão trabalhar nesse sentido com o executivo da junta de freguesia. No que se refere às cinzas, informou que está previsto no plano de investimentos do cemitério de S. Miguel aumentar os gavetões, possibilitando a colocação dos potes de cinza. -----

----Disse ainda ter anotado as recomendações do deputado municipal Sérgio Jacinto, e no que se refere à clausula 5.º tem em vista o crematório. -----

----A Assembleia Municipal deliberou, ao abrigo da alínea i), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, aprovar por unanimidade, aprovar a cedência de utilização dos cemitérios de São João e São Miguel à Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacões.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 01:10 horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
